

**UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO**  
**UNINOVE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIDADES INTELIGENTES E**  
**SUSTENTÁVEIS**

**SANGELA COTRIM MARQUES COSTA**

**HOSPITAL PSIQUIÁTRICO JUQUERY- PASSADO E**  
**FUTURO, DEFINIDOS PELO MESMO ESPAÇO**  
**TERRITORIAL**

**São Paulo**

**2022**

**SANGELA COTRIM MARQUES COSTA**

**HOSPITAL PSIQUIÁTRICO JUQUERY- PASSADO E FUTURO,  
DEFINIDOS PELO MESMO ESPAÇO TERRITORIAL  
JUQUERY PSYCHIATRIC HOSPITAL – PAST AND FUTURE,  
DEFINED BY THE SAME TERRITORIAL SPACE**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADO  
AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS DA  
UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO – UNINOVE,  
PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM  
CIDADES INTELIGENTES E SUSTENTÁVEIS.

**ORIENTADOR: PROF. DR. LUIS FERNANDO  
MASSONETTO**

**São Paulo**

**09 de dezembro de 2022**

Costa, Sângela Cotrim Marques.

Hospital Psiquiátrico Juquery- passado e futuro, definidos pelo mesmo espaço territorial. / Sângela Cotrim Marques Costa. 2022.

77 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Nove de Julho - UNINOVE, São Paulo, 2022.

Orientador (a): Prof. Dr Luís Fernando Massonetto.

**Sangela Cotrim Marques Costa**

**HOSPITAL PSIQUIÁTRICO JUQUERY- PASSADO E FUTURO, DEFINIDOS  
PELO MESMO ESPAÇO TERRITORIAL**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da Universidade Nove de Julho – UNINOVE, para obtenção do título de Mestre em Cidades Inteligentes e Sustentáveis

---

**Prof. Dr. Luis Fernando Massonetto – Universidade Nove de Julho – UNINOVE**

---

**Prof. Dr. Wilson Levy Braga da Silva Neto – Universidade Nove de Julho – UNINOVE**

---

**Prof. Dr. Renato Cymbalista – Universidade Nove de Julho – UNINOVE – Universidade de São Paulo - USP**

---

**Prof. Dr. Pier Paolo Bertuzzi Pizzolato – Centro Universitário do Vale do Rio Ipojuca – FAVIP – PE e Centro Universitário de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA – PB**

**São Paulo, 09 de dezembro de 2022**

Dedico essa dissertação à população Juqueriense. Àqueles que viveram no Complexo, os que sobreviveram a ele, e àqueles que, como eu, são “loucos” por ele.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família, irmãos e a meu querido pai Manoel Benedito Marques, que souberam compreender minha ausência no período de desenvolvimento deste trabalho, principalmente ao Rodrigo Bordin Costa, meu marido e companheiro de todos os momentos da minha vida.

Agradeço em especial, ao meu orientador Prof. Dr. Luis Fernando Massonetto, pela delicadeza da escolha do tema, e por ter vivido essa “loucura” comigo por todo o período do curso, acreditando nesta “insanidade” de reaver uma história, que neste momento, foi capaz de mudar a minha.

Agradeço à instituição UNINOVE, através do Diretor do Programa de Pós-Graduação em Cidades Inteligentes e Sustentáveis da UNINOVE, Prof. Dr. Wilson Levy, pela oportunidade que me permitiu chegar até aqui.

Aos demais nomes apresentados nesta página, agradeço os momentos dedicados a esta pesquisa, os arquivos compartilhados, as entrevistas cedidas, os artigos publicados em conjunto, o tempo desprendido de cada um deles e por toda ajuda que obtive, possibilitando a realização deste trabalho.

Alba Cotrim Marques

Ana Vitória Wernke

Fabiana Faria Tavares

Fernanda Patrício Campana

Fernando Padula Novaes

Glalco Cyriaco

Gustavo Couto de Oliveira

Ítala Fortes dos Santos

Prof. Dr. Pier Paolo Bertuzzi Pizzolatto

Prof. Dr. Renato Cymbalista

Rafael Urnhani

Sara Eulália Almeida Cotrim

## RESUMO

Costa, Sângela Cotrim Marques. 2022. Hospital Psiquiátrico Juquery- Passado e futuro, definidos pelo mesmo espaço territorial.

Universidade Nove de Julho – UNINOVE.

O município de Franco da Rocha foi marcado pelo passado do Hospital Psiquiátrico do Juquery, implantado nas terras da fazenda do Vale do Rio Juquery no final do séc. XIX. A instituição foi palco dos tratamentos psiquiátricos e psicológicos, tendo repercussão em âmbito nacional, e funcionou como asilo de pacientes com estas patologias por todo o século XX. A mudança de uso da instituição foi definida por meio de um Plano Diretor, que promoveu a reinserção da população, considerando principalmente a identidade da cidade de Franco da Rocha e as influências “juquerienses” no município. Como metodologia aplicada à pesquisa, foram realizadas entrevistas com funcionários e ex-funcionários envolvidos na criação do Plano Diretor, e o estudo fluiu a partir da análise da nova “divisão” espacial e seu impacto no futuro da cidade de Franco da Rocha, por meio de uma ressignificação do uso do território e do Patrimônio. Os resultados mostraram que a inserção da população nesta nova configuração reforçou o sentimento visceral entre a cidade e o complexo, sendo capaz de proporcionar um novo uso do espaço, ao mesmo tempo que se mantém as memórias de uma instituição que foi fundamental para o desenvolvimento da cidade.

*Palavras-chave:* hospital psiquiátrico, patrimônio, Juquery, Franco da Rocha.

## ABSTRACT

Costa, Sângela Cotrim Marques. 2022. Juquery Psychiatric Hospital – Past and future, defined by the same territorial space.

University Nove de Julho – UNINOVE.

The municipality of Franco da Rocha was marked by the past of the Juquery Psychiatric Hospital – implemented on farm lands of *Vale do Rio Juquery* in the late XIX century. The institution was the scene of psychiatric and psychological treatments, with national repercussions, and functioned as an asylum for patients with these pathologies throughout the XX century. The change of use of the institution was defined by means of a Master Plan, who promoted the reintegration of the population, considering mainly the identity of the city of Franco da Rocha and the “Juquerienses” influences in the municipality. As a methodology applied to the research, interviews were conducted with employees and former employees involved in the creation of the Master Plan, and the study flowed from the analysis of the new spatial “division” and its impact on the future of the city of Franco da Rocha, through of a redefinition of the use of the territory and the Heritage. The results showed that the insertion of the population in this new configuration reinforced the visceral feeling between the city and the complex, being able to provide a new use of space, while maintaining the memories of an institution that was fundamental for the development of the city.

*Keywords:* Psychiatric Hospital, patrimony, Juquery, Franco da Rocha.

## Lista de Figuras

<b>Figura 1 – Comitativa Dr. Franco da Rocha em busca das novas terras .....</b>	<b>16</b>
<b>Figura 2 – Mapa territorial do Estado de São Paulo em 1886 .....</b>	<b>17</b>
<b>Figura 3 – Área territorial da Fazenda Juquery .....</b>	<b>18</b>
<b>Figura 4 – Mapas de Cidades, Villas e Distritos em 1897 .....</b>	<b>19</b>
<b>Figura 5 – Detalhe de figura 4 - Mapas de Cidades, Villas e Distritos em 1897 .....</b>	<b>19</b>
<b>Figura 6 – “Estação de Juquery” .....</b>	<b>20</b>
<b>Figura 7 – “Estação de Juquery, 1912 .....</b>	<b>21</b>
<b>Figura 8 – “Estação de Franco da Rocha, antiga estação de Juquery” .....</b>	<b>21</b>
<b>Figura 9 – O Complexo asilar já em funcionamento - laborterapia .....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 10 – O Complexo asilar já em funcionamento .....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 11– Aspecto do centro da cidade, com a igreja matriz inaugurada em 1908 .....</b>	<b>26</b>
<b>Figura 12 – Fábrica de linhas Vera Cruz .....</b>	<b>27</b>
<b>Figura 13 – “Acúmulo” de internos dentro do Complexo Hospitalar .....</b>	<b>28</b>
<b>Figura 14 – Logotipo cidade de franco da Rocha .....</b>	<b>31</b>
<b>Figura 15 – Limite antigo Parque Estadual do Juquery .....</b>	<b>32</b>
<b>Figura 16 – Limite novo Parque Estadual do Juquery .....</b>	<b>33</b>
<b>Figura 17 – Glebas de inclusão e Desafetação – Parque Estadual de Juquery .....</b>	<b>34</b>
<b>Figura 18 – Prédio administrativo antes do incêndio de 2005.....</b>	<b>35</b>
<b>Figura 19 – Mapa de tombamento – Hospital Central .....</b>	<b>36</b>
<b>Figura 20 – Planta de situação dos mananciais de abastecimento do Asilo de Alienados (Complexo Hospitalar Juquery) .....</b>	<b>37</b>
<b>Figura 21 – Mapa das áreas de risco na cidade de Franco da Rocha em 2020 .....</b>	<b>40</b>
<b>Figura 22 – Mapa com a mancha de alagamento delimitada em razão das chuvas intensas que caíram no município no final janeiro de 2022, conforme Decreto Municipal 3.194/2022.....</b>	<b>42</b>
<b>Figura 23 – Divisão territorial estabelecida pelo Plano Diretor do Complexo Hospitalar do Juquery .....</b>	<b>53</b>
<b>Figura 24 – Divisão em áreas estabelecida pelo Decreto nº66.683, de 27 de abril de 2022 .....</b>	<b>57</b>
<b>Figura 25 – Mapa de Implantação, contendo os novos decretos de 2019 até 2022 (incluso morcegário) .....</b>	<b>58</b>
<b>Figura 26- Detalhe Mapa de Implantação, contendo os novos decretos de 2019 até 2022 (incluso morcegário) .....</b>	<b>58</b>

<b>Figura 27- Nova Divisão territorial estabelecida pelo Plano Diretor do Complexo Hospitalar de Juquery .....</b>	<b>59</b>
<b>Figura 28 – Área CIECEL .....</b>	<b>60</b>
<b>Figura 29 – Festival Soy Loco por Ti Juquery 18/09/2018 .....</b>	<b>61</b>
<b>Figura 30 – Festival Soy Loco por Ti Juquery 18/09/2018 .....</b>	<b>62</b>
<b>Figura 31 – Museu de Artes Osório César - MAOC .....</b>	<b>63</b>
<b>Figura 32 – Passarela de acesso entre o Museu de Artes Osório César e o Parque Municipal Benedito Bueno de Moraes.....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 33 – Passarela de acesso entre o Museu de Artes Osório Cesar e o Parque Municipal Benedito Bueno de Moraes.....</b>	<b>64</b>
<b>Figura 34 – Placa de identificação na entrada do Museu de Artes Osório Cesar .....</b>	<b>66</b>
<b>Figura 35 – Prédio do Complexo Hospitalar .....</b>	<b>68</b>
<b>Figura 36 – Prédio do Complexo Hospitalar .....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 37 – Prédio do Complexo Hospitalar .....</b>	<b>69</b>
<b>Figura 38 – Prédio do Complexo Hospitalar .....</b>	<b>70</b>

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>13</b>
<b>1 – Resumo Histórico .....</b>	<b>15</b>
<b>1.1 A implantação do Complexo Hospitalar e o surgimento da cidade de Franco da Rocha .....</b>	<b>15</b>
<b>1.2 O desenvolvimento da cidade de Franco da Rocha a partir do equipamento urbano .....</b>	<b>25</b>
<b>1.3 Franco da Rocha se reconhecendo como cidade.....</b>	<b>31</b>
<b>1.4 A cidade de Franco da Rocha e seu funcionamento .....</b>	<b>37</b>
<b>2 – Hospital Psiquiátrico x cidade de Franco da Rocha .....</b>	<b>43</b>
<b>2.1 Figuras administrativas que impactaram o desenvolvimento da cidade, através do trabalho desenvolvido por eles na Instituição Juquery .....</b>	<b>43</b>
<b>2.2 O início da primeira etapa do Plano Diretor .....</b>	<b>48</b>
<b>2.3 As novas ações implantadas junto ao Plano Diretor .....</b>	<b>52</b>
<b>3 – O impacto do Plano Diretor na cidade de Franco da Rocha .....</b>	<b>59</b>
<b>3.1 As atividades realizadas por meio do novo uso do território .....</b>	<b>59</b>
<b>3.2 Ressignificando o espaço por meio da arte – Museu de Artes Osório César - MAOC .....</b>	<b>65</b>
<b>3.3 A inserção do patrimônio na cidade .....</b>	<b>68</b>
<b>3.4 Franco da Rocha, cidade do Juquery .....</b>	<b>71</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>74</b>
<b>Referências .....</b>	<b>76</b>

## Introdução

A cidade de Franco da Rocha está localizada na região metropolitana do estado de São Paulo e surgiu a partir da implantação do Complexo Hospitalar Juquery. Patrimônio este, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico - CONDEPHAAT, no final do séc. XX, cuja trajetória faz referência a um período marcante nos estudos e tratamentos sobre a psiquiatria com repercussão em âmbito nacional.

A instituição, que foi projetada inicialmente por Ramos de Azevedo no final do séc. XIX, e mais adiante por Ralph Pompêo de Camargo, também foi palco da insanidade de milhares de pessoas ao longo dos mais de 100 anos de tratamentos psiquiátricos oferecidos a todas as pessoas que eram consideradas “alienadas” pela época. Com o passar dos anos, a lotação do Complexo em números de pacientes, transformou a instituição em uma demanda ingerenciável, além de, é claro, vivenciar uma luta antimanicomial, bem como a influência de políticas públicas de desinstitucionalização dos antigos asilos e hospitais psiquiátricos que acabou por colaborar com a mudança de uso da instituição.

A nova leitura urbanística da cidade começa a acontecer, neste contexto histórico, a partir das mudanças de perfil relacionadas ao uso do espaço dentro da instituição, e do impacto causado pelo sentimento familiar, trazido por uma herança patrimonial, constituída entre a população francorrochense e o equipamento ao longo dos anos de funcionamento do hospital psiquiátrico. A relação entre a cidade de Franco da Rocha e o Complexo Hospitalar Juquery ainda é muito forte, mesmo nos dias atuais e está presente no município de uma forma bem evidente. Isso aponta para as necessidades de utilização do espaço público, através de uma introdução definitiva do Patrimônio ao contexto urbano, como já vem acontecendo através do Museu de Artes Osório Cesar (MAOC), por exemplo.

A instituição tem hoje, em sua administração, um Plano Diretor, projetado especificamente para uma melhor utilização da área onde está implantado o Complexo Hospitalar. O planejamento territorial e institucional criado através do Plano Diretor “é importante para a modernização da Instituição, na medida em que o Juquery por muito tempo ficou estagnado, servindo nas últimas décadas de depósito de pessoas sem o atendimento médico adequado. A Instituição que ocupará o espaço existente deve superar as marcas do passado e tornar-se elemento físico capaz de lançar bases para essa transformação.” Pizzolatto (2010, p.158).

Para discorrer sobre esta demanda urbanística no município de Franco da Rocha, esta dissertação foi estruturada em 3 capítulos, que apontam a delimitação do espaço público por

meio do Plano Diretor do Complexo Hospitalar do Juquery, vinculando o novo uso do solo à história da instituição.

O primeiro capítulo apresenta a fazenda do Vale do Rio Juquery. Uma parcela de terra foi inicialmente comprada pelo Estado, por intermédio do médico Dr. Francisco Franco da Rocha, para a implantação de um complexo asilar que suportasse uma demanda trazida pelo aumento de casos de pacientes com problemas psicológicos. Com o passar dos anos, o Estado foi adquirindo novas áreas desta Fazenda, que hoje somam aproximadamente 32 mil quilômetros de área territorial. O capítulo ainda revela o surgimento da cidade de Franco da Rocha de forma espontânea no entorno deste equipamento público. Acredita-se pelos relatos dos antigos moradores e trabalhadores do Juquery, ouvidos através de entrevistas para esta dissertação de mestrado, que a cidade de Franco da Rocha, antes da implantação do Complexo, contava com um pequeno núcleo urbano formado em volta da estação ferroviária e as fazendas e chácaras que produziam hortaliças para serem vendidas em São Paulo. Porém, o contexto de cidade aconteceu, em sua maioria, pela implantação de moradias de funcionários e parentes dos internos do Complexo hospitalar, que se instalaram nas proximidades da instituição. O capítulo mostra ainda a relação do surgimento da cidade com o Complexo, bem como a trajetória de enchentes que a cidade passa em decorrência do planejamento urbano (ou pela falta dele).

O segundo capítulo apresenta o planejamento utilizado pela administração atual do Complexo, através da ferramenta “Plano Diretor”. Trata-se de um planejamento específico para as terras do Juquery, e nada tem a ver com o Plano Diretor urbanístico municipal da cidade de Franco da Rocha. Até que a mudança no perfil de utilização da instituição, bem como o tombamento dos prédios, determinou uma nova condição administrativa para este equipamento urbano, já que com o passar dos anos, o “inchaço” humano foi tomando conta da instituição, e em consequência disso, o crescimento da cidade foi acontecendo na mesma proporção.

O terceiro capítulo mostra o desenvolvimento da cidade de Franco da Rocha proveniente do estigma da influência cultural de um patrimônio mundialmente conhecido, bem como a inserção deste patrimônio no meio urbano, após a mudança de uso deste espaço. O capítulo relata algumas atividades que acontecem dentro do equipamento, em decorrência da nova divisão territorial.

Diante desta colocação, e da compreensão de que as terras do Juquery podem delimitar uma nova reestruturação urbana, a cidade de Franco da Rocha, pode e deve ter um crescimento urbanístico neste contexto, considerando que sua história está amalgamada ao Complexo Hospitalar, tanto arquitetonicamente como urbanisticamente.

## **Capítulo 1 - Resumo histórico**

### **1.1 A implantação do Complexo Asilar e o surgimento da cidade de Franco da Rocha**

De acordo com Reis (2011), a área onde hoje é a cidade de Franco da Rocha foi, até o século XIX, uma região de “passagem”, servindo para os bandeirantes como rota até o Estado de Minas Gerais, e era conhecida pelos tropeiros, como Parada do Feijão. No local havia apenas grandes fazendas. No ano de 1807, surgiram as primeiras escrituras, como do sítio Borda da Mata, que em 1866 foi vendido para a Estrada de Ferro São Paulo Railway.

A história do Complexo Hospitalar Juquery se iniciou em meados de 1890. Pizzolato (2008) cita que alguns intelectuais nacionais, naquele momento, defendiam a eugenia e higienização da população como solução para as tensões sociais ocorridas em decorrência da abolição da escravatura, imigração europeia e a migração interna entre as cidades, onde a concepção do projeto do Juquery ficou marcada pelos movimentos alienistas e o crescimento de São Paulo. Ainda segundo o autor, o médico e higienista Dr. Francisco Franco da Rocha foi incumbido de encontrar um novo local e implantar um equipamento urbano que comportasse a nova demanda psiquiátrica, justificada pelo aumento no número de casos de pacientes com problemas psicológicos.

“Os principais médicos que influenciaram o alienista paulista foram os seguintes psiquiatras: Kraepelin, Morel, Magnan, Marie, Voisin (*Annales Médico-Psychologiques*), Maudsley (psiquiatria inglesa da degenerescência) e Lombroso (escola penal). No ano de 1852 foi adaptado em um casarão no centro da cidade, mais precisamente à Rua São João, o Hospício Provisório de Alienados de São Paulo, onde funcionou de forma precária até 1864, quando o aumento da demanda fez com que o Hospício fosse mudado para um antigo seminário na região da Tabatinguera (Várzea do Carmo).” Pizzolato (2010, p.160).



Figura 1: Comitiva Dr. Francisco Franco da Rocha em busca das novas terras.

Fonte: Foto e matéria: Jornal local da época.

A partir de então, o Dr. Francisco Franco da Rocha iniciou uma busca por novas terras para suprir tais necessidades, devendo este, ser um local de fácil acesso à cidade de São Paulo.



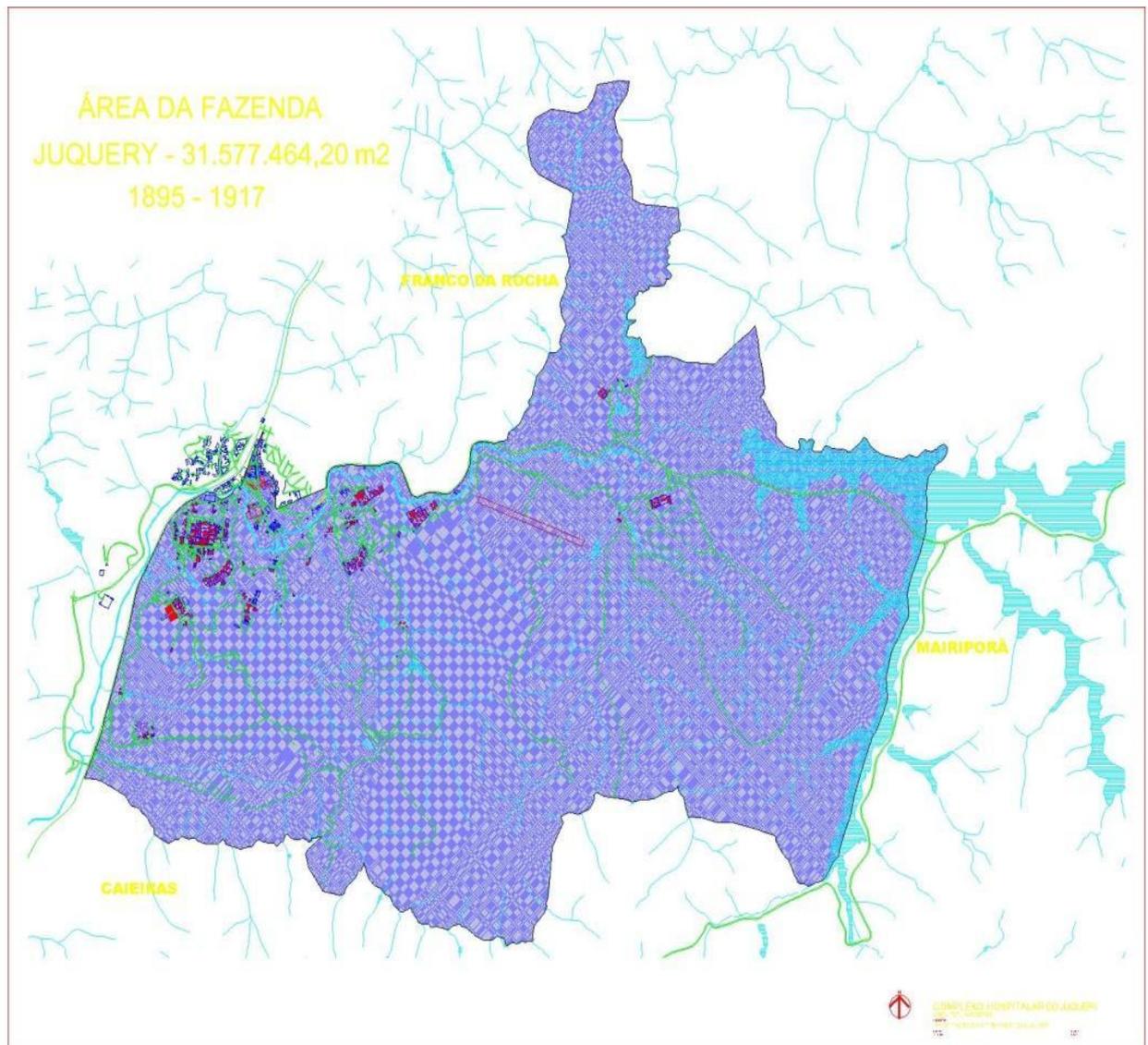


Figura 3 – Área territorial da Fazenda Juquery.

Fonte: Arquivo cedido pelo Núcleo de Acervo, Memória e Cultura do Hospital Psiquiátrico do Juquery.

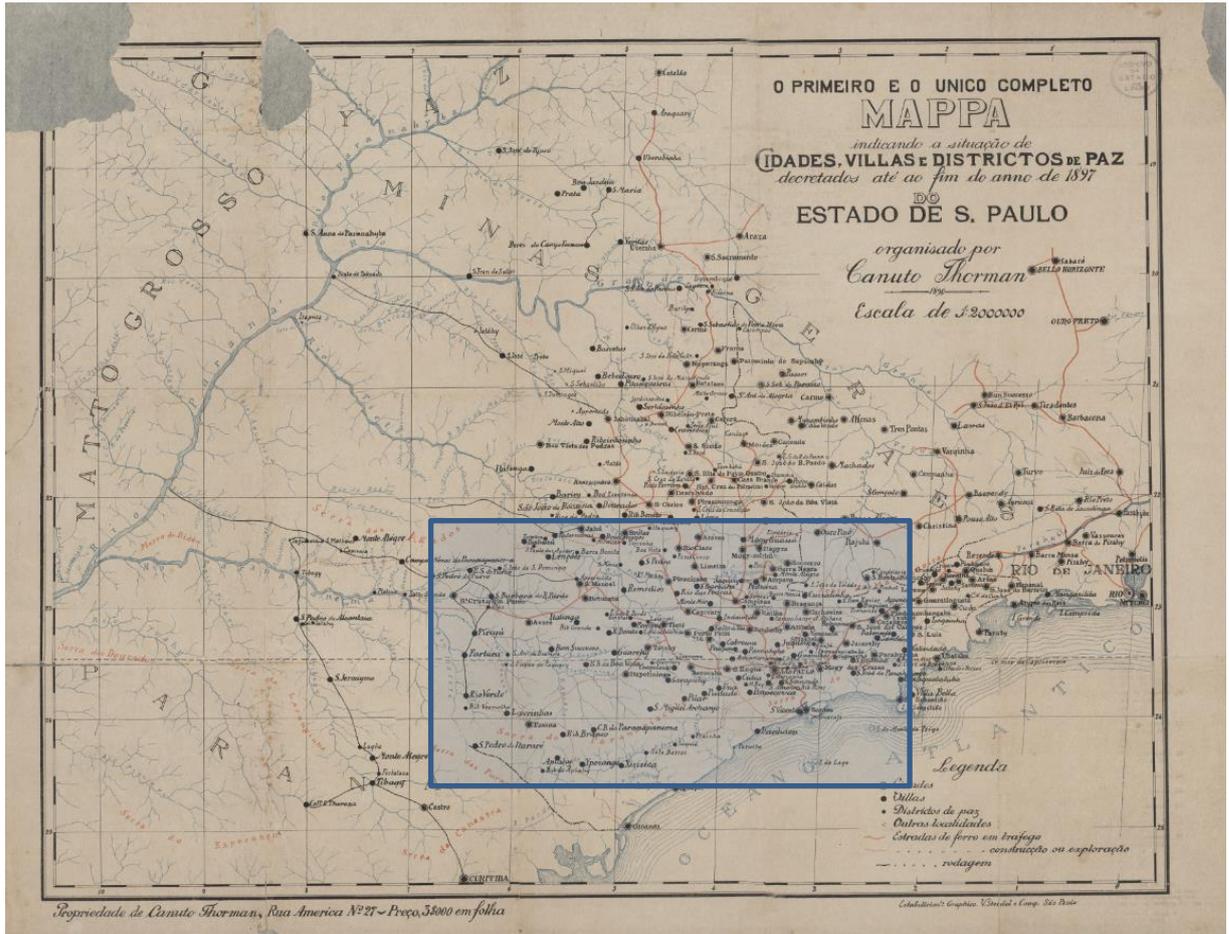


Figura 4 – Mapa de Cidades, Villas e Districtos em 1897.

Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo.

As terras da Fazenda Juquery, aparecem no mapa do Estado de São Paulo como uma Vila, melhor visualizado no detalhe apresentado abaixo:

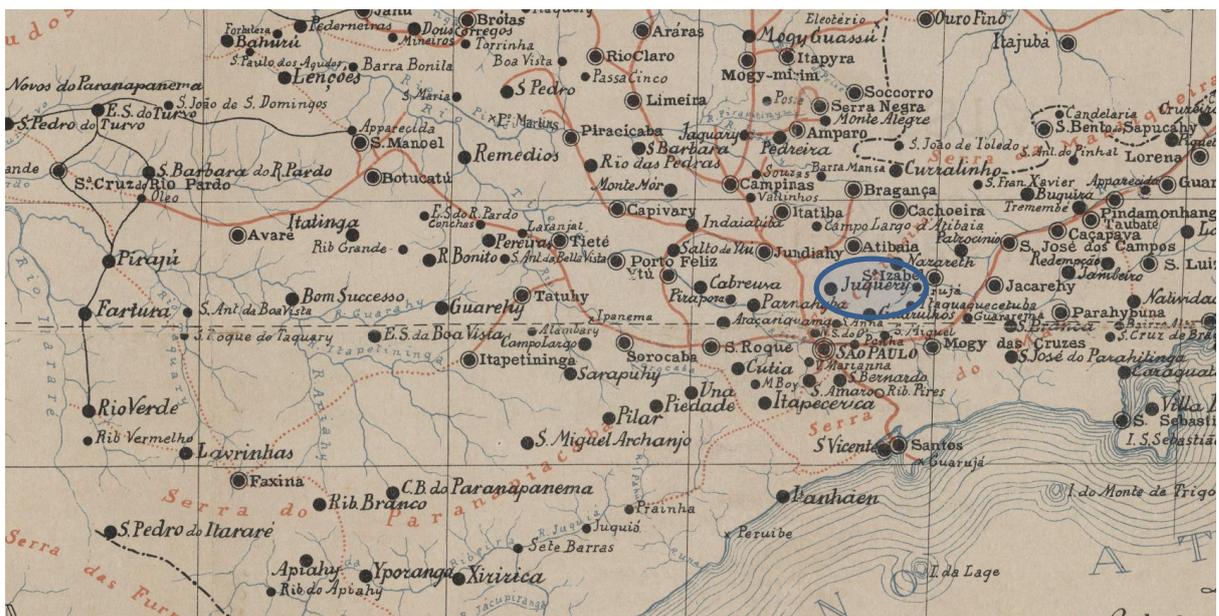


Figura 5 – Detalhe de figura 4 - Mapa de Cidades, Villas e Districtos em 1897.

Fonte: Detalhe produzido pelo próprio autor.

Neste momento, a fazenda Juquery já contava com o acesso à estrada férrea São Paulo Railway, bem como uma estação para a parada do veículo que funcionava dentro das terras da fazenda. O trem tinha a capacidade de transportar grandes quantidades de materiais, o que seria fundamental para uma nova construção, além da proximidade com a região central de São Paulo, com apenas 50 minutos no percurso entre a Estação da Luz até a então “Estação de Juquery”.



Figura 6 – “Estação de Juquery”.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.

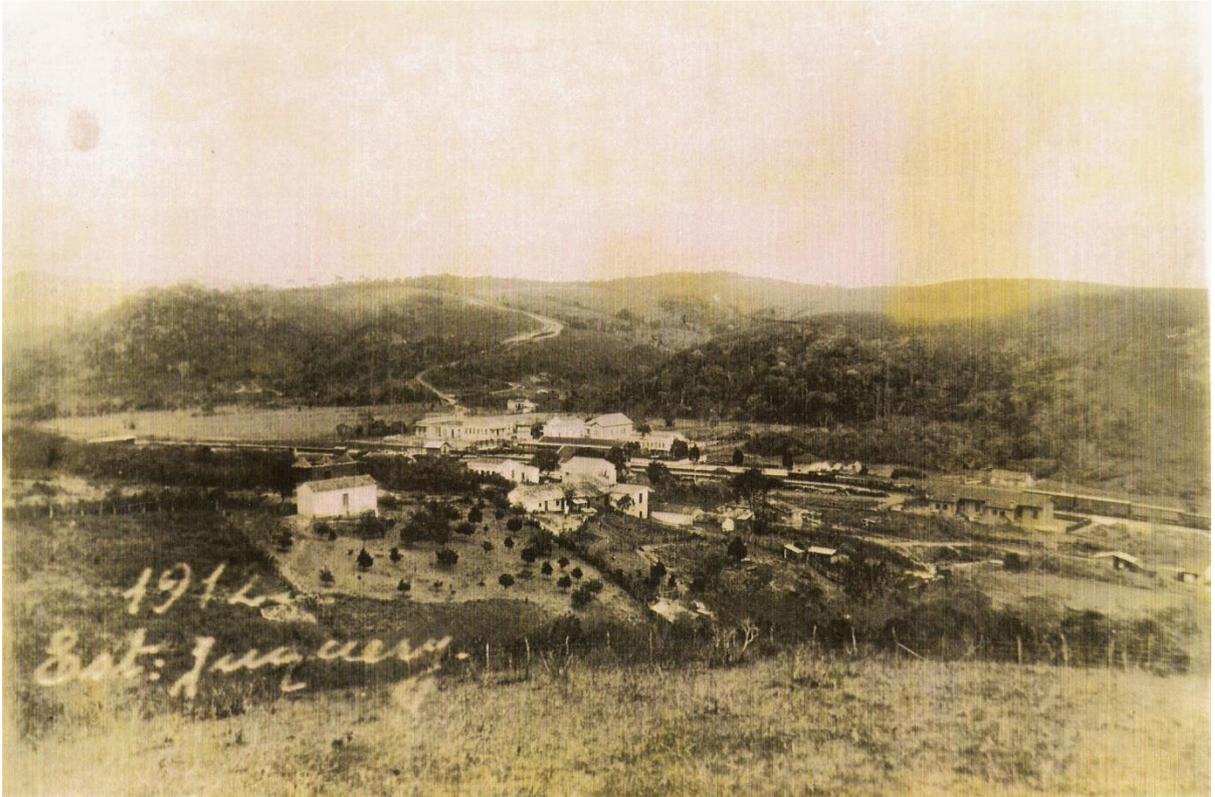


Figura 7 – “Estação de Juquery”, 1912.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.



Figura 8 – “Estação de Franco da Rocha, antiga Estação de Juquery”.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.

A estação de trem já implantada ajudou na construção do asilo, uma vez que os trens de carga traziam materiais em grande quantidade para a obra, e o trem de passageiros, fundamental meio de transporte na época, proporcionava aos funcionários, visitantes e familiares dos internos, muito mais facilidade e rapidez nas viagens de São Paulo até o asilo.

A construção do asilo ficou pronta em 1898, e a instituição foi programada para ser autossustentável através das atividades laborais que os pacientes executavam durante o tratamento, sendo elas: confecção de roupas e sapatos, lavanderia, carpintaria, agropecuária, marcenaria, impressão gráfica, produção de sabão, entre outras.



Figura 9 – O Complexo asilar já em funcionamento (laborterapia).

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.

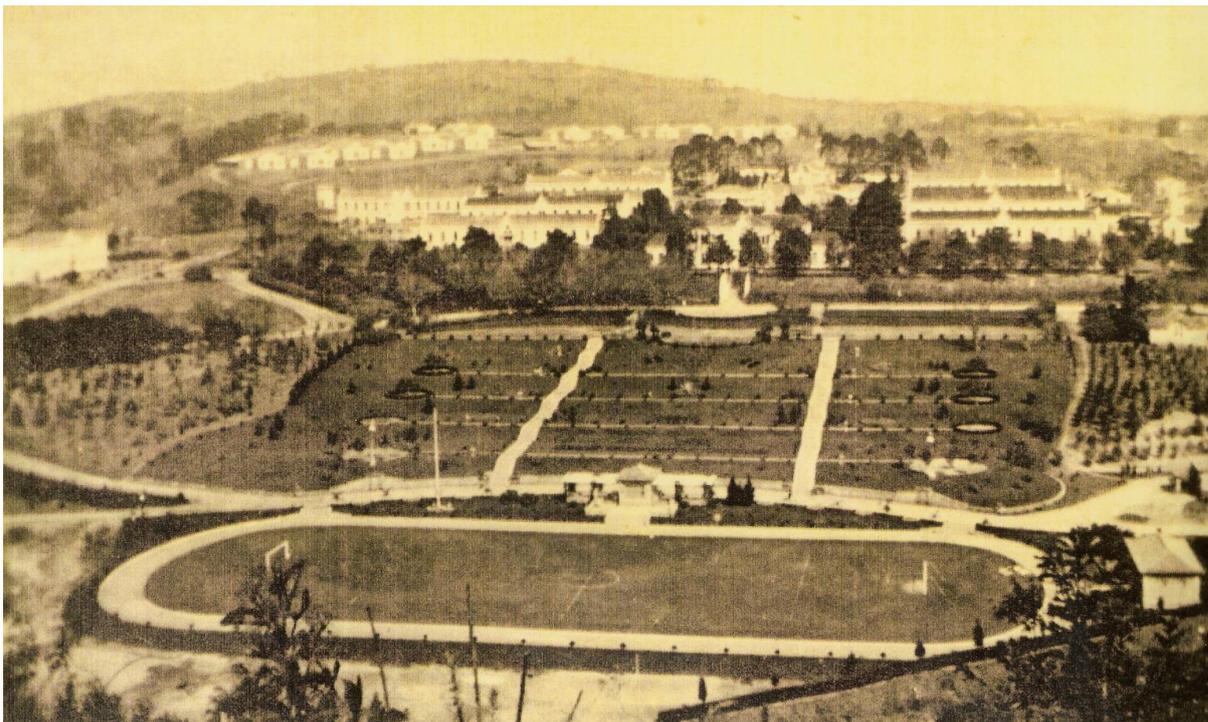


Figura 10 – O Complexo asilar já em funcionamento.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.

Segundo Oliveira (2011), o hospital foi inaugurado com 80 internos, todos homens, que foram transferidos do asilo sucursal de Sorocaba.

Os pavilhões para assistência clínico-terapêutica foram inaugurados em 16 de maio de 1901, com mais 160 internos. Em 24 de agosto de 1903, dois anos mais tarde, a ala feminina foi inaugurada com 289 pacientes. Neste momento, o “Juquery” abrigava 725 doentes.

Segundo Pizzolatto (2010), a administração do Dr. Franco da Rocha foi responsável pela expansão da instituição, por meio da criação de cinco colônias dispersas pela área, bem como pela consolidação do conjunto central, cuja referência foi trazida pela experiência executada no Asilo de Saint Anne, em Paris. Ainda segundo Pizzolatto (2010, p.160), “Sob ela também foi desenvolvido o sistema de tutoramento chamado “nutrício”, onde famílias da região recebiam uma ajuda de custo do Estado para receber e tratar pacientes que apresentassem alto grau de sociabilidade e capacidade de trabalhar no campo”.

Em 1917, foi criado o Pavilhão de Menores, e inaugurado apenas em 1921, separando a partir daí os pacientes menores dos adultos. Em 1923 o conjunto hospitalar já era constituído de cinco colônias para crônicos. Oliveira (Revista Cantareira jul.-dez./2011).

Pizzolatto (2018) cita que as altas médicas eram raras, e que a terapia psiquiátrica trazida por Franco da Rocha, e aderida sucessivamente por Pacheco e Silva, proporcionava uma melhora no caso psicológico dos pacientes, porém essa prática escondia um trabalho análogo

ao escravo, sendo que este trabalho masculino realizado no campo fornecia alimentos não só a ele próprios, como também funcionários, médicos e famílias moradoras dos terrenos do antigo asilo.

Segundo relatos de antigos moradores da cidade, em entrevistas aleatórias, bem como alguns ex-funcionários do Complexo Hospitalar, as pessoas que eram internadas sofriam de problemas psiquiátricos. Porém, algumas eram consideradas “alienadas” apenas por serem imigrantes, negros ainda sem residência em decorrência do fim da escravidão, homossexuais, dependentes químicos e alcoólatras, ou ainda pessoas que sofriam de problemas psicológicos, de grave, médio e ou pequeno grau. Enfim, eram identificados como necessitados de um asilo psicológico e afastados do cotidiano social, sendo consideradas alienadas por não se enquadrarem na sociedade da época, e às vezes essas internações se tornavam perpétuas.

Já em 1925, o então “Asilo de Alienados” passou a se chamar Hospital Psiquiátrico sob a administração de Dr. Pacheco e Silva, já que de acordo com Pizzolatto (2010), o psiquiatra Dr. Pacheco e Silva, deu um grande impulso às pesquisas científicas através de sua administração, ao ampliar, criar e renovar os serviços e setores novos no Hospital do Juquery, a partir de 1922, quando sucedeu o também médico psiquiatra Dr. Francisco Franco da Rocha, que deu início à instituição.

Ainda sobre Pacheco e Silva, o autor ressalta que: “Dentro de suas convicções médicas, convidou, em 1924, o anátomo-patologista russo Constantino Tretiakoff para trabalhar no Juquery na direção do mesmo Laboratório que desenvolveu o trabalho de análise e quantificação da “anatomia da loucura” dos doentes do Juquery, através do estudo de seus órgãos e ossos, formando rico acervo de peças anatômicas. Outro fato importante em sua gestão foi a mudança de nomenclatura de Asilo de Alienados para Hospital Psiquiátrico, em 1925. A essa mudança vem atrelada a ampliação considerável do espaço físico. Com Pacheco e Silva o Juquery atingira a configuração de sua implantação conhecida até hoje. Pizzolatto (2010 p.161).

Com o passar dos anos, o Complexo Hospitalar do Juquery foi sofrendo uma reestruturação administrativa, considerando o grande número de internos. Sob o comando do Engenheiro Ralph Pompêo de Camargo, novos prédios foram projetados e construídos, não mais para atender a demanda psiquiátrica, mas para dar conta do excesso de pacientes Pizzolatto (2008).

Pizzolatto (2010) diz ainda, que Camargo assumiu entre a aposentadoria do Dr. Franco da Rocha e a administração do Dr. Pacheco e Silva, a diretoria do recém criado serviço de Ergoterapia dentro do hospital sendo responsável por cuidar dos projetos dos novos edifícios,

não apenas para dentro da instituição, mas para todas as unidades psiquiátricas que foram disseminadas pelo Estado de São Paulo. Segundo o autor, o Engenheiro Ralph Pompêo de Camargo, projetou e executou a ampliação do hospital na década de 1930.

A cidade de Franco da Rocha surgiu mais tarde, em 1944, quase 50 anos após a construção do Complexo Asilar, e seus moradores eram quase em sua totalidade funcionários da instituição, ou familiares dos internos, que pela distância do centro de São Paulo e para facilitar as visitas aos mesmos, optaram por moradias mais próximas.

As residências dessas pessoas foram ao longo dos anos desenhando a nova cidade de forma espontânea. Para a cidade de Franco da Rocha, o exílio dos internos do hospital foi fundamental para o novo desenho urbano que surgia, através do problema sanitário de ordem psicológica que acometia o estado de São Paulo no final do século XIX, bem como os aspectos sociais vividos pelas famílias que comungavam de um mesmo problema.

Mas essa proximidade com o Complexo Hospitalar, foi desencadeando um envolvimento visceral entre os moradores e o equipamento, já que naquele momento, o Complexo Hospitalar era o único meio empregatício local e as pessoas o utilizavam como uma extensão de suas casas.

Pizzolato (2008, p.18) diz que, “O louco faz parte do cenário urbano, muitos habitantes da cidade permanecem mais tempo no hospital, como funcionários, do que com seus familiares, e todo o desenvolvimento econômico, político e social, principalmente até a década de 80, foi marcado pela influência do asilo”.

## **1.2 O desenvolvimento da cidade de Franco da Rocha a partir do equipamento urbano**

Com o desenvolvimento da cidade, outras formas de renda surgiram. O próprio comércio local, demandado pelo crescimento populacional, criou novas formas de emprego e a facilidade do transporte público oferecido pela linha férrea trouxe mais moradores para a nova cidade.



Figura 11 – Aspecto do Centro da cidade, com a igreja matriz inaugurada em 1908.  
Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.

“A localização das terras do Complexo Hospitalar do Juquery permitiu que aflorasse dentro dos trabalhos a questão do papel regional do local, já que Juquery, em seus primórdios, teve capacidade de catalisar grandes transformações para a região. A bacia do rio Juqueri, principalmente na região do hospital, não recebeu nenhum aporte de desenvolvimento antes da vinda do Dr. Franco da Rocha. Apesar da instalação da malha ferroviária na região, a mesma também não trouxe grandes investimentos antes da criação do asilo. Isto posto, reconhecemos a importância da Instituição no começo do século XX para que as cidades do entorno pudessem se desenvolver, afinal, o grande investimento público derivou da criação desse espaço de tratamento, tratamento segregacionista, é verdade, mas em seu primeiro momento extremamente avançado para a época e deu sua contribuição para o desenvolvimento da metrópole paulistana.” Pizzolatto (2010)

Outro meio empregatício ocorrido com o crescimento da cidade era a fábrica de linhas, denominada “Linhas Vera Cruz”, ou para os moradores da cidade de Franco da Rocha, simplesmente “Linharte”.



Figura 12 – Fábrica de linhas Vera Cruz.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.

Enquanto isso, no Complexo Hospitalar, o número de internos crescia e chegou em 1960 com aproximadamente 14.000 pacientes, número próximo ao de habitantes da cidade vizinha, Mairiporã, na mesma época, segundo dados do IBGE. Era quase impossível comportar o tamanho da instituição e há quem diga que o número real de internos ultrapassou os computados Pizzolato (2008).

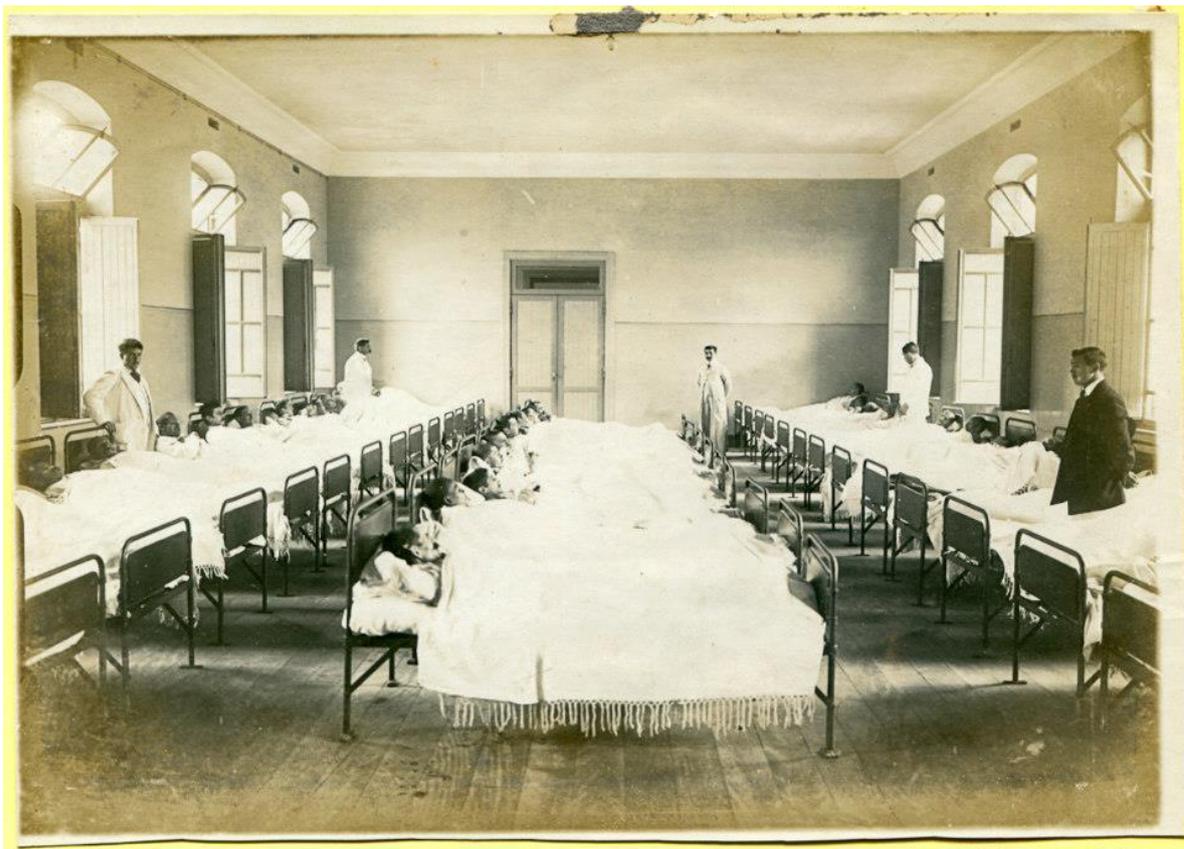


Figura 13 – “Acúmulo” de internos dentro do Complexo Hospitalar.

Fonte: Acervo Prof<sup>o</sup> José Parada.

A evolução dos prédios não acompanhou a demanda produzida pelo número de pacientes que eram internados no Complexo, e a falta de manutenção e desgaste físico dos prédios iniciou um processo ainda maior dessa mudança de uso. Na década de 70 iniciou-se uma reforma psiquiátrica no Brasil por conta de denúncias das antigas práticas manicomiais e dos maus tratos vividos por pacientes que sofriam com transtornos mentais. Pizzolato (2008).

Em 1980, após décadas sem investimentos no hospital, foi decidida a reforma de um dos prédios para a implantação de um Hospital de Clínicas Regional, que centralizou atendimentos que já aconteciam separadamente nos pavilhões, em um único lugar Pizzolato (2008).

A criação do ERSA 14, assim chamado o hospital de pronto atendimento, aconteceu em 1986 pelo então Governador de São Paulo, André Franco Montoro, e deu assistência à população dos 5 municípios pertencentes à Bacia do Rio Juquery: Franco da Rocha, Caieiras, Cajamar, Mairiporã e Francisco Morato.

Uma das intenções na criação desse hospital regional foi propor atendimento medicamentoso inclusive aos pacientes psiquiátricos, na tentativa de diminuir as internações e

confinamentos tão comuns no Juquery. Em conjunto com esta mudança administrativa, aconteceu o início do tombamento de alguns prédios em 1985.

Após quase 100 anos de implantação do Juquery e por meio da percepção dos governantes quanto à possibilidade de utilização das terras da fazenda, o Governo do Estado de São Paulo, por meio dos Decretos 26.594/87 e 26.701/87 editados por André Franco Montoro no ano de 1987, determinou um Conselho Diretor para o Plano de Aproveitamento Múltiplo da Fazenda Juquery, para um melhor aproveitamento da área.

O projeto foi a primeira tentativa de definir novos usos nas terras da fazenda do Juquery, por meio de um projeto habitacional que, se implantado, atenderia aproximadamente cem mil pessoas. A Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (EMPLASA) ficou responsável de desenvolver o projeto das unidades habitacionais, incluindo toda infraestrutura necessária para atendimento da nova demanda urbanística. Mais tarde, em 1989, já no governo de Orestes Quécia, o Decreto 29858/89 reafirmou a necessidade de uma reestruturação das áreas da Fazenda Juquery.

Após várias entrevistas entre os moradores da cidade de Franco da Rocha, realizadas por Lancman (1995), ficou subentendido que a ideia do projeto apresentado pela EMPLASA em 1987 causou uma insatisfação na população francorrochense, que entendeu se tratar de um processo que causaria um adensamento populacional em um município que já sofria os efeitos de uma cidade cujo crescimento ocorreu sem planejamento, o que fez de Franco da Rocha uma cidade dormitório.

No projeto apresentado pela EMPLASA a divisão das terras seria realizada da seguinte forma: as 32.000 novas unidades habitacionais ocupariam 31% da área da fazenda. Lancman (1995).

O poder político de Franco da Rocha se mobilizou e conseguiu impedir a implantação do projeto, através do entendimento que a cidade não comportaria uma demanda de mais 32.000 famílias utilizando de uma infraestrutura que na visão deles já era caótica e insatisfatória aos moradores que residiam na cidade.

Segundo Reis (2011) a cidade de Franco da Rocha estava passando por dois momentos importantes nas décadas de 1980/90: O primeiro e bem evidente, era a crise do Hospital do Juquery, após as muitas denúncias de maus tratos aos pacientes, causados principalmente pela super lotação do Hospital quanto ao número de internos e o segundo era o impacto do crescimento urbano e demográfico, demandado principalmente pelo processo de metropolização da região.

“A história do município de Franco da Rocha desenvolveu-se de forma estreitamente articulada à dinâmica da instalação do hospital. Situado na área central da cidade, suas construções estão a disputarem espaço com o crescimento das moradias urbanas. Um marco desta memória a ser observado é o processo de desativação do Hospital Psiquiátrico do Juqueri iniciada em 1985.” Reis (2011, p.31).

Reis (2011) levanta o fato de que esta não era a primeira vez que o hospital sofria uma crise, e lembra que algumas delas ocorreram durante a Ditadura Militar (1964-1985), onde o Hospital devido ao seu crescimento em números de internados e Reis (2011, p.32) ressalta, “...foi sendo transformado em um *deposito*[grifo do autor] de gentes”. O autor enfoca ainda que, os movimentos sociais na década de 80 apontaram para as questões de corrupção e opressão nas instituições públicas, bem como o descaso com a demanda psiquiátrica nos Hospitais, principal causa da luta antimanicomial da época.

Reis (2011, p.32). diz, “No Brasil, este movimento ganhou corpo quando diversos profissionais das áreas de ciências humanas e sociais, profissionais da saúde, familiares e usuários dos serviços de saúde mental reivindicaram melhores condições de tratamento psiquiátrico.”

“A instituição passou a ser alvo de investigação e denúncias frequentes, por maus-tratos a pacientes, ocasionando uma imagem negativa para a cidade. As expressões usadas pela mídia para definir o hospital caminhavam na associação do tratamento psiquiátrico a métodos de tortura e abandono, fala tais como: “depósito de loucos”, “uma terra de maldição e sofrimento” acabaram se tornando recorrente nas páginas dos jornais. Assim, corpos nus, rostos inchados com expressões de sofrimento, ar de solidão e abandono se tornaram componentes característico para descrever a vida dentro do Hospital do Juqueri.” Reis (2011, p.34).

Paulo Goulard, nos anos 80, realizou uma reportagem com características de denuncia onde mostrou a realidade de abandono da instituição naquele momento, por meio de entrevistas com funcionários e pacientes do Complexo Hospitalar. (visível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z8Gvk1n8wtc&t=1962s>).

Ainda segundo Reis (2011) a prefeitura municipal de Franco da Rocha, promoveu a partir da necessidade de uma reconstrução da identidade francorrochense, e emanada por uma ótica de crise, utilizando de uma nova imagem da cidade a partir do slogan “cidade ciência e ternura”.

Reis (2011, p. 61) ressalta, “A construção deste símbolo se deu através da criação de uma lei em 1975, quando o então prefeito eleito Ângelo Celleguim, atribuiu à cidade o cognome “ciência e ternura.” A imagem escolhida traz como símbolo da ciência.”



Figura 14 – Logotipo cidade de Franco da Rocha.

Fonte: AS Reis (2011, p. 61).

“Ciência, por causa do hospital Psiquiátrico de Alienados que era o maior da América Latina e que propiciava um tratamento mais humano para essas pessoas. A ternura porque nosso povo é hospitaleiro, o povo é mais terno recebe a todos com carinho [...]” Juca Post. Edição 171 (novembro de 2005, p. 04).

### **1.3 Franco da Rocha se reconhecendo como cidade, diante do contexto da instituição**

A maior fração da Fazenda Juquery, com aproximadamente 2/3 da área, comporta o “Parque estadual Juquery” desde 1993, e abriga uma importante reserva ecológica, sendo o último remanescente de Cerrado na Região Metropolitana de São Paulo.

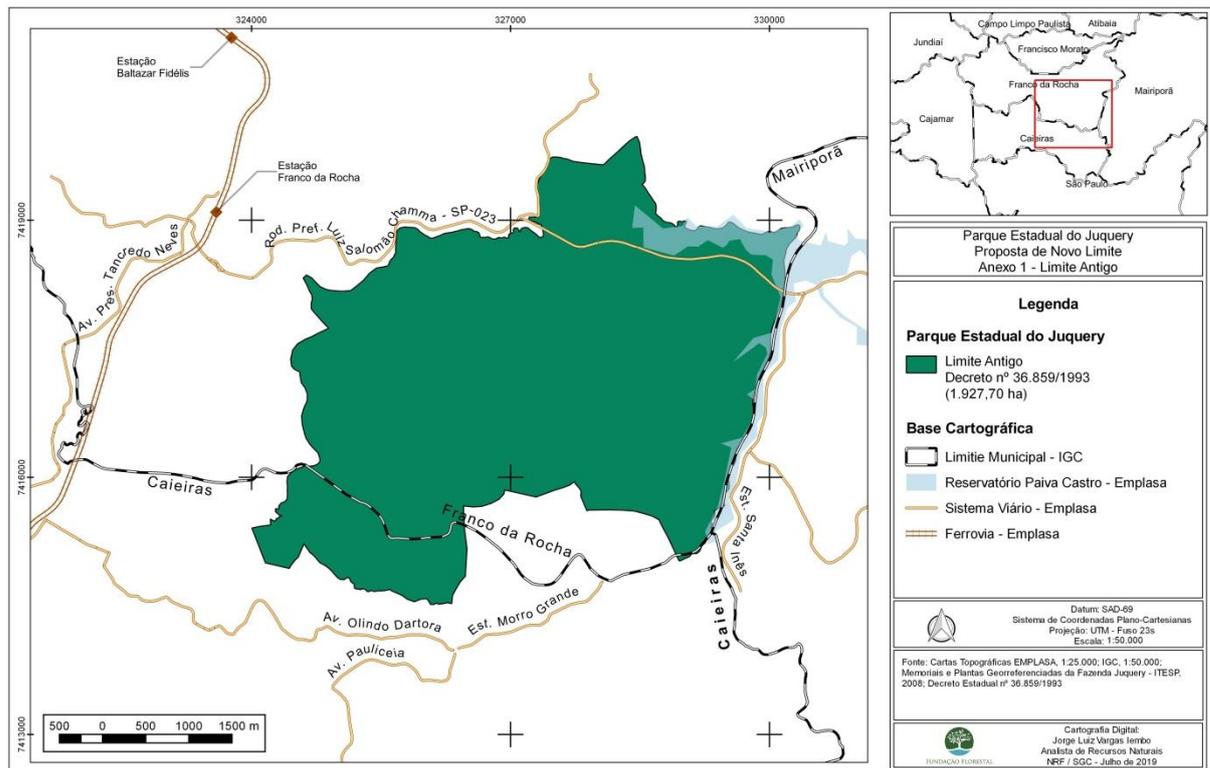


Figura 15 – Limite antigo Parque Estadual do Juquery.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, Lei nº 17.304 de 17 de dezembro de 2020, que altera os limites do Parque Estadual do Juquery, foi criado pelo Decreto nº 36.859, de 5 de junho de 1993, alterado pelo Decreto nº 44.099, de 12 de julho de 1999.

Fugindo um pouco do cronograma apresentado neste capítulo, porém com a intensão de fazer apontamentos relacionados ao Parque Estadual do Juquery, o projeto de lei nº 549/2020 que altera os limites do Parque Estadual do Juquery, foi criado pelo Decreto nº 36.859, de 5 de junho de 1993, alterado pelo Decreto nº 44.099, de 12 de julho de 1999. Nele, houve a proposta de inclusão de uma área de 321,7568 ha, nos municípios de Caieiras e Franco da Rocha, com parte das transcrições nº 15.514 e 47.237, bem como a exclusão de uma área no município de Franco da Rocha de 242,7901 ha, com parte das transcrições nº 6.062 e 62.361, onde a Fazenda Pública do Estado de São Paulo continua sendo proprietária da área total do parque, que agora conta com um novo limite territorial de 2.058,9648 ha.

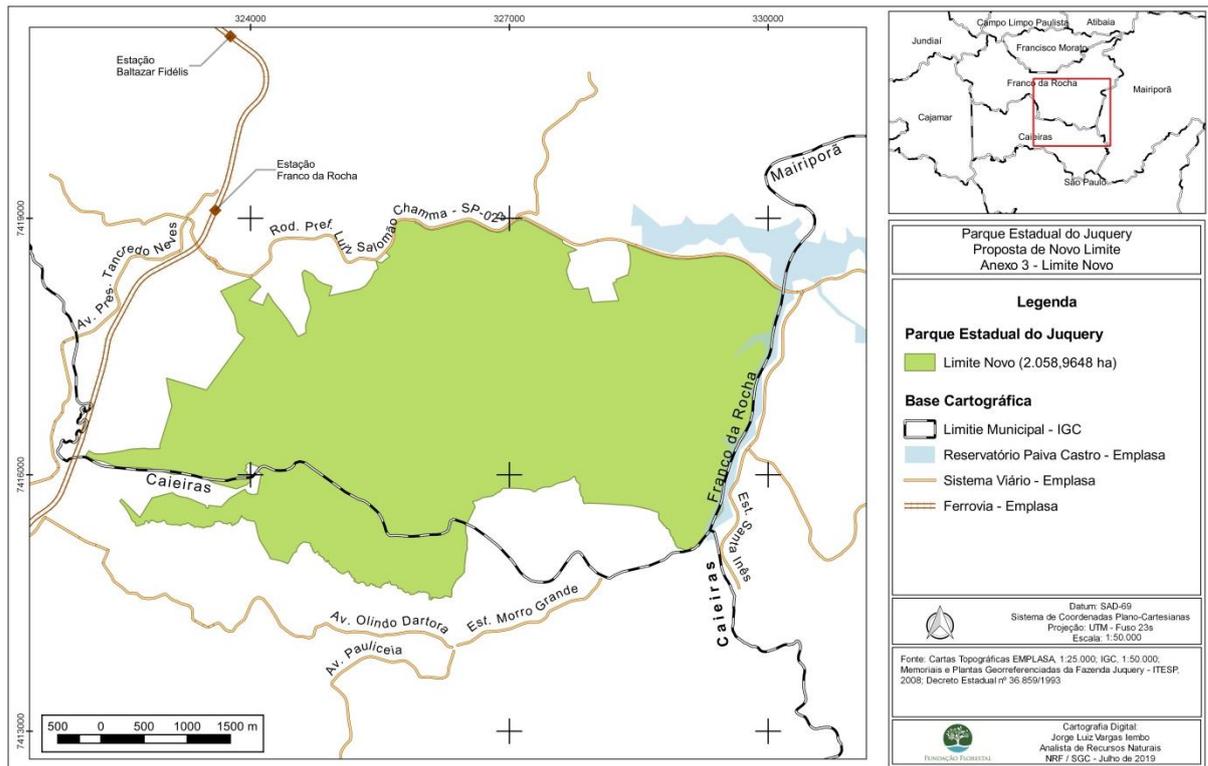


Figura 16 – Limite novo Parque Estadual do Juquery.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, Lei nº 17.304 de 17 de dezembro de 2020, que altera os limites do Parque Estadual do Juquery, foi criado pelo Decreto nº 36.859, de 5 de junho de 1993, alterado pelo Decreto nº 44.099, de 12 de julho de 1999.

A área excluída do parque estadual trata de uma área designada como Parque Pretória, que foi objeto de parcelamento irregular do solo a partir do ano de 1987, de forma espontânea, sendo ocupado por população de baixa e média renda em aproximadamente 1900 lotes, contendo inclusive ocupações de chácaras de médio padrão. O loteamento é um núcleo clandestino, não possui projeto aprovado pela municipalidade, tampouco registro no cartório de imóveis segundo diagnóstico fundiário realizado pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) é a entidade responsável por planejar e executar as políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo e pelo reconhecimento das Comunidades de Quilombos. É vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania.

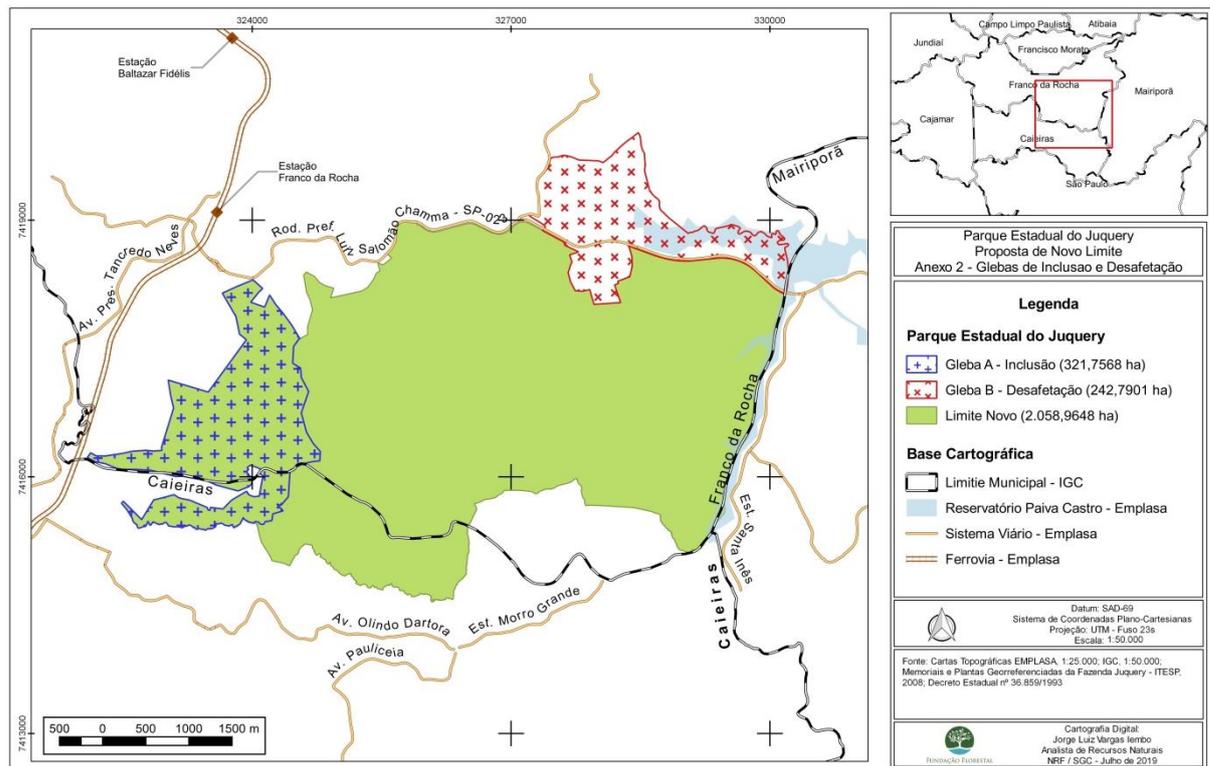


Figura 17 – Glebas de Inclusão e Desafetação - Parque Estadual do Juquery.

Fonte: Diário Oficial do Estado de São Paulo, Lei nº 17.304 de 17 de dezembro de 2020, que altera os limites do Parque Estadual do Juquery, foi criado pelo Decreto nº 36.859, de 5 de junho de 1993, alterado pelo Decreto nº 44.099, de 12 de julho de 1999.

O Bairro Parque Pretória, apresentado no mapa acima delimitado como “Gleba B” por sua vez, está passando por um processo de Regularização fundiária, através da Secretaria de Infraestrutura e Habitação da Prefeitura municipal de Franco da Rocha, em fase inicial.

As questões habitacionais a que a cidade de Franco da Rocha passou na década de 1980, relatadas nos parágrafos anteriores, são melhores entendidas quando nos deparamos com o Bairro Pretória. Esta ocupação territorial ocorrida em 1987 mostra que uma demanda habitacional era urgente naquele momento, e aponta o poder público tendo que realizar ações mitigatórias anos depois para sanar a falta de planejamento urbano ocorrido há anos atrás.

Voltando ao nosso cronograma, ainda em 1995, outro evento marcou a instituição. Através de uma ação de “humanização” realizada pela administração do hospital, alguns pacientes receberam alta médica e foram encaminhados para suas casas, restando em 1996 aproximadamente 2000 pacientes internados.

Era uma mudança administrativa, que se tornou uma reestruturação cultural, pela proximidade que aqueles internos tinham com a cidade e do cotidiano dos moradores locais.

Já em dezembro de 2005, outro fato marcou a cidade. Um dos prédios sofreu um incêndio que culminou com seu estado atual – ruína. Trata-se do prédio administrativo que

abrigava o acervo de alguns documentos do complexo. Uma parte da história da cidade foi destruída naquele momento e a população viveu o luto da tragédia. Felizmente ninguém se feriu no incêndio.

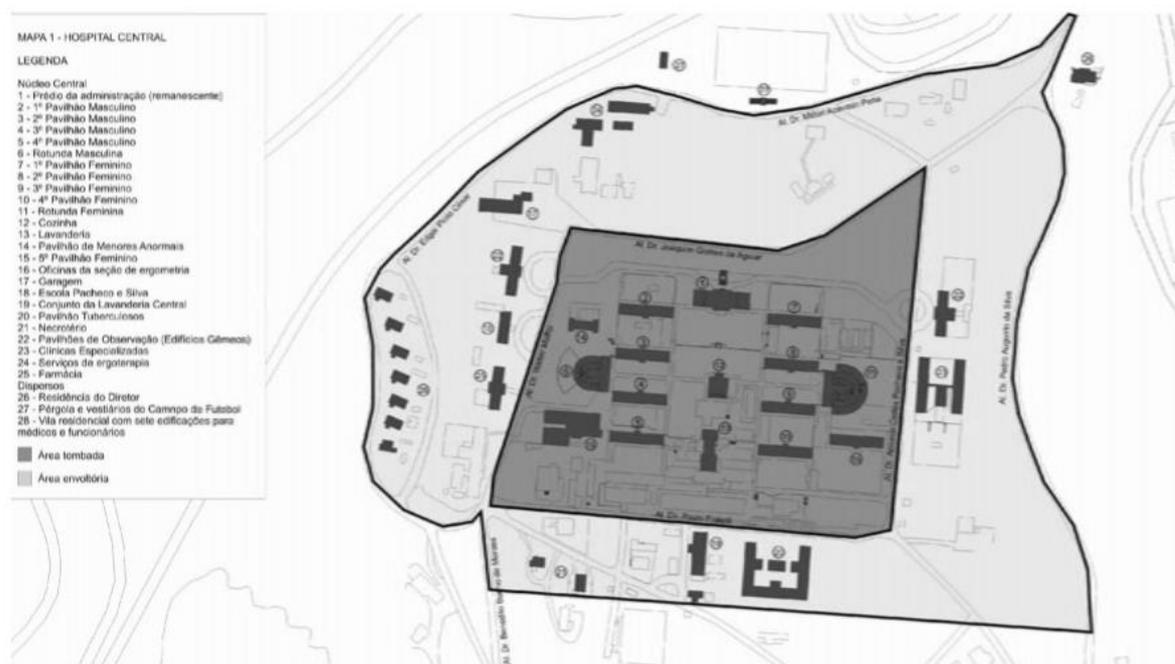


Figura 18– Prédio Administrativo antes do incêndio de 2005.

Fonte: Acervo Prefeitura Municipal de Franco da Rocha.

Em 2008 as obras do hospital “Dr. Albano da Franco Rocha Sobrinho” foram iniciadas. A nova construção não utilizou a mesma leitura arquitetônica dos outros prédios já existentes no Complexo.

O Centro de atendimento integrado à Saúde Mental (CAISM) foi inaugurado em 2011, ano em que o tombamento do Complexo foi finalmente homologado por meio do Diário Oficial de 17 de maio de 2011.



Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 05/10/2011 12:13:04.  
 Nº de Série do Certificado: 212B429816CEAE9299E9B9211A3C51F20825EF71  
 [Ticket: 34830472] - www.imprensaoficial.com.br

Figura 19– Mapa de tombamento – Hospital Central.

Fonte: [http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/complexo-hospitalar-do-juquery/Diário oficial- 17 de maio de 2011](http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/complexo-hospitalar-do-juquery/Diário%20oficial-17%20de%20maio%20de%202011).

O Complexo Hospitalar atualmente desativado para novas internações, não tem mais nenhum paciente internado desde abril de 2021. Um asilo, que chegou a acolher tantos internos, até o início de 2021 contava com subsídios estaduais que mantinham a rotina de poucos pacientes, uma vez que apesar de aptos para voltarem para suas casas, estes com idade média de 72 anos, perderam contato com suas famílias e por serem idosos requeriam cuidados específicos. Isso impossibilitou a alta médica da maioria deles, tendo estes sido transferidos para outras instituições.

Não se pode deixar de citar, que a fazenda do Juquery pertence hoje ao Governo do Estado de São Paulo, dividida entre as seguintes Secretarias: Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Justiça, Segurança Pública e Assuntos Penitenciários.

Importante frisar que a fazenda do Juquery detém o atendimento do sistema carcerário por meio das instituições: Penitenciária III "José Aparecido Ribeiro" de Franco da Rocha, Centro de Progressão Penitenciária de Franco da Rocha, Centro de Detenção Penitenciária Feminino de Franco da Rocha, Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico "Professor André Teixeira Lima" I (M e F), Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico II de Franco

da Rocha (M e F), e nas proximidades do Parque Estadual, existe um conjunto de prédios da Fundação Casa, para a recuperação de jovens infratores menores de idade, detidos por delitos.

#### 1.4 A cidade de Franco da Rocha e seu funcionamento

Em uma análise urbanística superficial, realizada no mapa demonstrado abaixo, é possível perceber que os mesmos foram confeccionados para realizar um estudo hidrográfico que antecederam a implantação do Complexo Hospitalar.

O entendimento, é que se a implantação do Complexo ocorreu em uma área próxima aos rios, muito provavelmente de forma proposital considerando as questões sanitárias da época, onde os dejetos seguiam o curso do rio em uma época desprovida de esgotamento sanitário, e uma cidade foi acontecendo no entorno do Complexo hospitalar de forma espontânea, a cidade que já em 1944, tornou-se uma cidade autônoma também foi sendo implantada às margens desses mesmos rios.

O mapa, mostra planta de situação dos mananciais de abastecimento, considerando a topografia local para a implantação do conjunto hospitalar do Juquery:

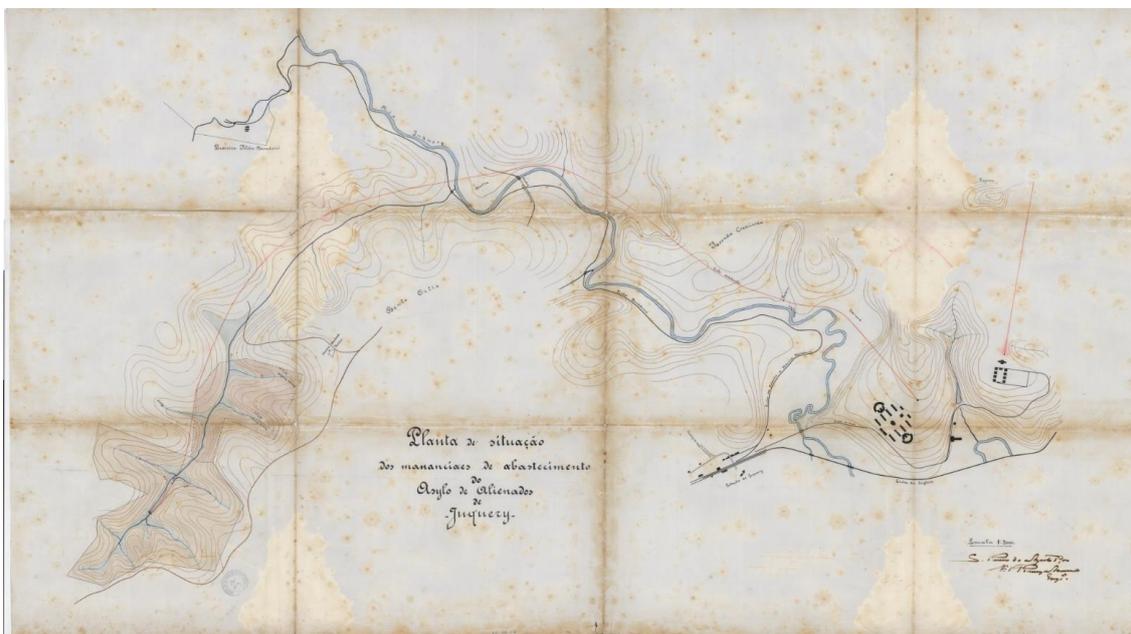


Figura 20: Planta de situação dos mananciais de abastecimento do Asilo de Alienados (Complexo Hospitalar Juquery)

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Ainda analisando a implantação do Complexo Hospitalar, há o entendimento de que os prédios projetados por Ramos de Azevedo foram propositalmente implantados nas áreas mais altas do terreno. Se o centro da cidade passou a se desenvolver no entorno do Complexo

Hospitar, como dito até aqui, a cidade obrigatoriamente se desenvolveu nas áreas mais baixas, e próximas às áreas de várzea margeadas pelo Rio Juquery e Ribeirão Euzébio.

Oliveira (1999, p. 66) diz, “a análise dos cenários urbanos brasileiros revela a forma desordenada de apropriação do espaço, norteadas pela ausência de um planejamento que considere o disciplinamento do uso e ocupação do solo como prerrogativa básica de seu ordenamento.”

Para a cidade de Franco da Rocha, ficam evidentes no seu cotidiano urbano, os impactos trazidos por essa ocupação desordenada, revelada pela ausência de um planejamento urbano principalmente nas áreas de várzea a que a cidade se submeteu ao longo dos anos, e por meio das decorrentes enchentes que assolam o município por igual período.

Para mitigar parte do problema, o Plano Diretor Municipal, adotado através da LEI Nº 618/2007 (11 de abril de 2007), apresentou em 2007 um planejamento urbano voltado para as questões relacionadas às enchentes que atingem o município, já que as enchentes têm sido uma constante no Município desde então, e sua evolução tem sido cada vez mais presente à medida do crescimento populacional e desenvolvimento da cidade.

*“Art. 41 - O Poder Executivo estimulará e exigirá a reserva de áreas mínimas de permeabilidade do solo urbano, conforme Quadro de Índices Urbanísticos do Zoneamento, Anexo 6, com vistas à absorção das águas pluviais, à recarga do lençol freático e à prevenção e redução dos efeitos das enchentes e inundações.*

*Parágrafo único - O plano municipal de prevenção e combate às inundações mencionado no caput prevê obras de canalização do Ribeirão Euzébio, conforme indicado no Mapa de Intervenções Urbanas, Anexo 3.*

*Art. 45 - O Poder Executivo implantará o Programa de Recuperação Ambiental das Bacias dos Recursos Hídricos mediante a implantação de parques lineares, parques de fundos de vales e vias verdes com a participação de proprietários, moradores, usuários, empreendedores e investidores em geral, visando a melhoria da qualidade ambiental do Município.*

*§ 1º - Para efeito de aplicação desta lei, considera-se Parque Linear a intervenção urbanística a ser implantada ao longo da Via Férrea da CPTM para a melhoria da paisagem*

*urbana, a ampliação das áreas verdes e permeáveis nas margens e imediações de cursos d'água e a recuperação para os cidadãos da consciência do sítio natural em que vivem.*

*§ 2º - Parque de fundo de vale é a intervenção urbanística destinada à preservação das várzeas dos rios e córregos como áreas verdes, permeáveis e leito maior em caso de enchentes e inundações.”*

O planejamento contido no Plano Diretor foi executado na cidade de Franco da Rocha. A canalização do Ribeirão Euzébio citada no Plano Diretor, foi na verdade uma grande ampliação do canal. O Parque linear foi implantado às margens do piscinão R3, instalado no centro da cidade para contenção das enchentes, e se tornou uma área de lazer em dias comuns, sendo um grande aliado na luta para conter as enchentes no município.

“Em países como o Brasil, a adoção de medidas estruturais em contenção de enchentes, adotadas frequentemente quando o problema já se mostra bastante pronunciado, faz parte do cenário urbano, que, na grande maioria das vezes, não atende as expectativas de viabilidade econômica, sendo questionada também sua viabilidade técnica. Esse quadro revela a ausência de um planejamento que contemple os atributos básicos de uso e ocupação do solo, descritos exaustivamente em planos de disciplinamento de uso do solo. Outro fator a ser considerado, é que a maioria das Prefeituras Municipais brasileiras não dispõem de um orçamento voltado à adoção de medidas de alto custo, o que torna justificável a compatibilização de medidas não estruturais e estruturais integradas para minimizar os graves efeitos decorrentes das cheias.” Oliveira (1999, p. 72).

Neste íterim, destaco o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR) que foi realizado a partir do Termo de Execução Descentralizada (TED) / Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério de Desenvolvimento Regional – MDR, por meio da Coordenação Geral de Prevenção e Projetos Estratégicos – CGPP do Departamento de Obras de Proteção e Defesa Civil – DOP e a Fundação Universidade Federal do ABC – UFABC, Processo 23006.002200/2019-61, com objetivo de construir referenciais técnicos e gerenciais para controle, redução e erradicação de situações de riscos associados a processos de instabilização de taludes (deslizamentos e processos correlatos) em encostas, solapamentos de margens de córregos e inundações no Município de Franco da Rocha.

De acordo com o Plano Municipal de Redução de Riscos (PMRR), realizado na cidade de Franco da Rocha no ano de 2020/2021, 100% da população urbana, em 2018, era atendida

pelos serviços da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), sendo esta, responsável pelo abastecimento de água e pela captação e tratamento do esgoto.

Segundo o PMRR (2021, p. 19) apenas a zona urbana da cidade possui coleta de esgoto, o que representa 65% da população local. “Nenhum metro cúbico do esgoto coletado é tratado, evidenciando delicada condição socioambiental para os cursos hídricos da região em que o município está situado”.

O Plano diz ainda, que a coleta de resíduos sólidos no município acontece de forma terceirizada, sendo enviado para o aterro sanitário de Caieiras, como destino final desses resíduos, atendendo 95% da população da cidade toda, sendo que a área urbana está 100% atendida.

O estudo realizado para implantação do PMRR (2021, p. 21) aponta que *“a região central do município é a mais urbanizada e que menos apresenta ocupações irregulares.*

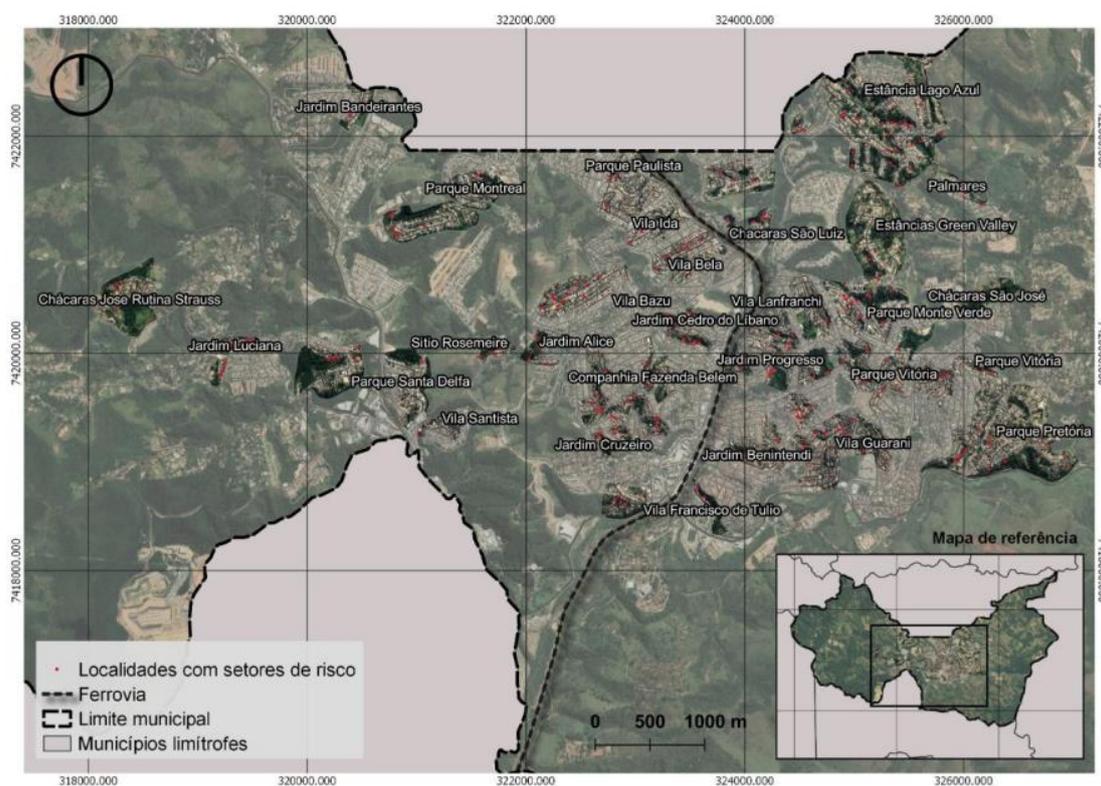


Figura 21: Mapa das áreas de risco na cidade de Franco da Rocha em 2020.

Fonte: Plano Municipal de Redução de Risco (PMRR).

Segundo o PMRR, 62 localidades foram estudadas em Franco da Rocha, nas quais foram identificados 229 setores de risco apontadas em 1.177 moradias ou edificações com outro uso, identificados em:

- a) 141 setores (61%) foram avaliados em situação de Risco Médio (R2), ocupados por 893 moradias (76%);
- b) 79 setores (35%) em situação de Risco Alto (R3) ocupados por 270 moradias (23%);
- c) e 9 setores ( 4% ) com 14 moradias (1%) em situação de Risco Muito Alto (R4).

No PMRR foram indicadas remoções de 25 moradias (2% do número total de moradias inseridas nos 262 setores de risco delimitados) distribuídas em 18 setores. O custo unitário de remoção adotado não tendo sido considerado o custo da relocação ou reassentamento habitacional, é de R\$89.000,00.

O custo total estimado das intervenções é de R\$22.809.927,43. O custo estimado por moradia atendida é de R\$19.379,72. O custo unitário de remoção R\$89.000,00. Sem considerar custo da relocação ou reassentamento habitacional.

Segundo o PMRR, o Município de Franco da Rocha dispõe de dos seguintes estudos prévios:

- a) Carta de suscetibilidade a movimentos gravitacionais de massa e inundações na escala 1:25.000. IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo; CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2014 (BITAR, 2014);
- b) Mapeamento de riscos, IG, 2006;
- c) Atualização feita pela Prefeitura de Franco da Rocha, 2013.

Infelizmente, nenhuma atitude por meio do poder público foi capaz de conter as cheias que ocorrem e decorrência dos eventos chuvosos, como o do mês de janeiro de 2022.

Segundo dados fornecidos pela Defesa Civil do município de Franco da Rocha, por volta de 26/01/2022 o município já passou a ficar alerta em decorrência das chuvas de forte intensidade, bem como nos dias seguintes, que apresentou um acumulado de 72 hs com 154,40mm de chuvas contínuas.

Já em 30/01/2022, foi registrado em 24 hs, um acúmulo de 104,80mm, causando dezenas de pontos de alagamentos e inundações, deslizamentos e encostas, e desabamentos totais e parciais de algumas casas. E o maior e mais grave deslizamento de terra, causado pelo rompimento de encosta de grande proporção, deixou 18 mortos na Rua São Carlos, no bairro Parque Paulista.

Segundo a Defesa Civil do município, os danos humanos tratam de:

- a) 18 mortos;
- b) 2 enfermos;
- c) 77 desabrigados;
- d) 202 desalojados;
- e) 10.763 pessoas afetadas diretamente pelo desastre (excetuando as já informadas acima).

A represa Paiva Castro atingiu 76% da capacidade, e nesse momento as equipes da prefeitura e SABESP ficaram em alerta máximo, bombeando a água excedente realizando todas as manobras para evitar a abertura das comportas, o que ocasionaria um quadro ainda mais complicado para a cidade, considerando novamente a topografia mais baixa do centro da cidade.

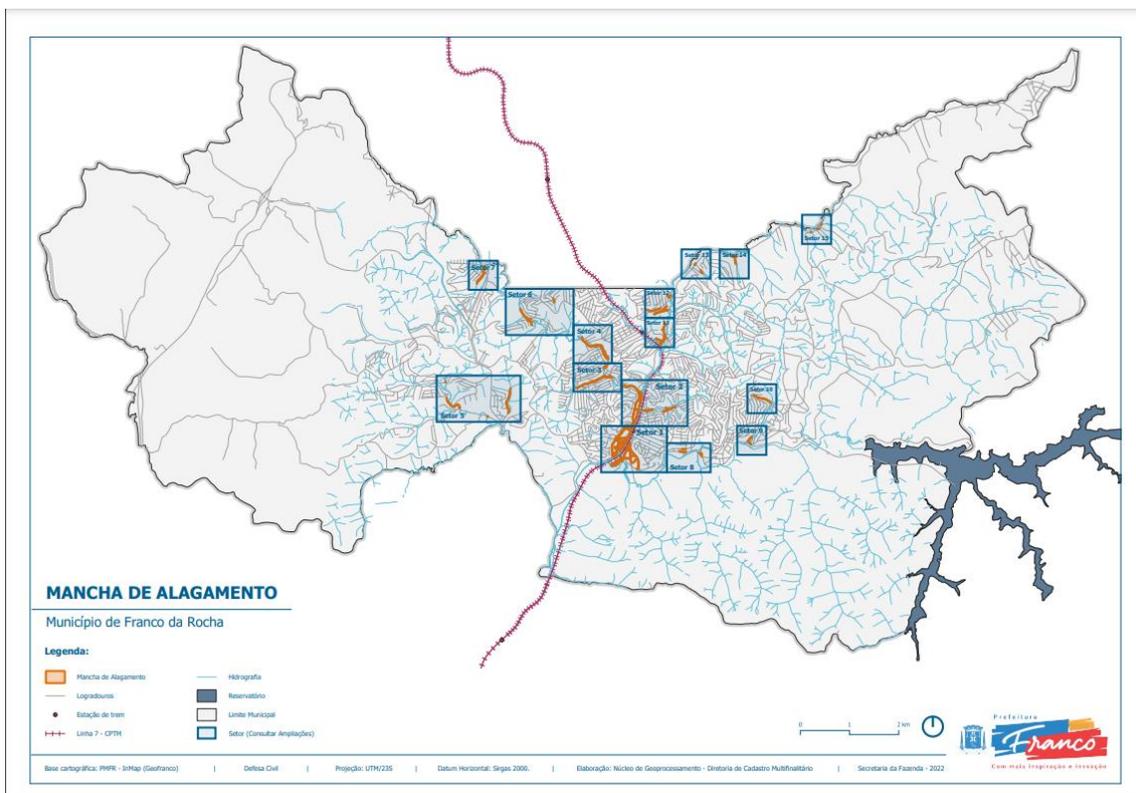


Figura 22: Mapa com a mancha de alagamento delimitada em razão das chuvas intensas que caíram no município no final janeiro de 2022, conforme Decreto Municipal 3.194/2022. Fonte:<http://www.francodarocha.sp.gov.br/franco/artigo/campanha/10850>.

O mapa foi definido pela Defesa Civil Municipal e pelo Núcleo de Geoprocessamento da Diretoria de Cadastro Multifinalitário. O documento, segmentado em 15 setores e 49 mapas, é utilizado para identificar os logradouros que sofreram com alagamentos.

Algumas obras de contenções às enchentes que não estavam no Plano Diretor também foram executadas, como os piscinões, R1, R3 e AV03, por exemplo. “Os piscinões, ao contrário das obras de canalização de córregos, têm a grande vantagem de retardar o escoamento das águas nos episódios de chuvas intensas. Porém, a despeito de toda a técnica apurada, obedecem de certa forma ao mesmo modelo de uso e ocupação do solo: conquista-se a várzea, impermeabiliza-se uma extensa área do solo e mais tarde, quando começam a ocorrer inundações, recorre-se à construção de reservatórios para conter o excesso de vazão da água”. Alves Filho e Ribeiro (2006, p.157).

Segundo dados fornecidos pela prefeitura municipal de Franco da Rocha, dois novos piscinões no Ribeirão Eusébio, que corta o centro e chega a diversos bairros da cidade: o EU-08, na região da Vila dos Comerciários, que terá capacidade para mais de 200 milhões de litros de água e o EU-09, que começa na estação Baltazar Fidélis e chega até o centro, cuja capacidade chegará a 90 milhões de litros d’água.

Segundo a Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, os projetos contam com a construção de parques lineares no entorno dos reservatórios, oferecendo opção de lazer para milhares de famílias francorrochenses. Além disso, também serão realizadas obras de desassoreamento do canal do Ribeirão Eusébio e do Rio Juquery, desde a represa até a Vila Ramos, com recursos oriundos do Fehidro (Fundo Estadual de Recursos Hídrico). A margem do Rio Juquery ganhará pôlderes, aduelas fechadas e galerias na rua Dr. Hamilton Prado. A previsão é que o início das obras aconteça ainda neste ano, com prazo de execução de até 24 meses.

## **Capítulo 2 – Hospital Psiquiátrico Juquery x Cidade de Franco da Rocha**

### **2.1 Figuras administrativas que impactaram o desenvolvimento da cidade, através do trabalho desenvolvido por eles na Instituição Juquery**

Alguns servidores públicos prestaram serviços na Instituição ao passar dos anos, e seus legados impactaram efetivamente no desenvolvimento da cidade, considerando principalmente o fato de que algumas atividades foram cruciais para o crescimento da instituição, bem como o seu entorno territorial.

Dentre essas figuras, podemos identificar primeiramente o precursor da implantação da instituição nas terras da Fazenda Juquery, o Dr. Francisco Franco da Rocha. Logo em seguida, assumindo a Direção do Complexo Hospitalar, o Dr. Pacheco e Silva, por suas pesquisas de grandes repercussões, que voltaram os olhos do mundo para a psiquiatria no Brasil a partir de 1923.

O trabalho, desenvolvido pelo psiquiatra Dr. Osório César, foi de extrema importância, e ainda hoje impacta a cidade neste viés cultural. O médico utilizava a arteterapia como tratamento psiquiátrico, o que mudou o conceito de tratamento psiquiátrico da época.

Para fins de cronograma, abaixo se discorre os nomes dos Diretores, bem como sua permanência no Complexo Hospitalar, em lista cedida pela atual administração do Juquery, como segue:

Lista de Diretores do Complexo Hospitalar do Juquery:

- a) **Dr. Francisco Franco da Rocha**  
Diretor da Instituição de 1898 a 1923;
- b) **Dr. Antonio Carlos de Pacheco e Silva**  
Diretor da Instituição de 1923 a 1937;
- c) **Não identificado – de 1937 a 1938**  
Durante esse período, houve possivelmente 01 Diretor, o qual segundo consta foi indicado pelo próprio Dr. Pacheco e que permaneceu no Complexo por cerca de 01 ano e meio, porém não foi possível sua identificação;
- d) **Dr. Milton de Azevedo Pena**  
Diretor da Instituição de 1938 a 1950 (estimado);
- e) **Não identificados – de 1950 a 1970;**  
Durante esse período houve mais alguns diretores, no entanto não possuímos o período correto do tempo que cada um permaneceu na Instituição. Dentre eles estão: Dr. Raul Malta, Dr. Edgar Pinto César, Dr. Joaquim Gomes Aguiar, Dr. Pedro Augusto da Silva, Dr. Benedito Bueno de Moraes e Dr. Walter Maffei;
- f) **Dr. Raphael de Mello Alvarenga**  
Médico formado pela FMUSP na turma de 1940. Foi Diretor da Instituição de agosto de 1970 a janeiro de 1972;
- g) **Dr. Paulo Fraletti**  
Diretor da Instituição de janeiro de 1972 a março de 1973;
- h) **Dr. José Jorge Ressegue**  
Diretor da Instituição de março de 1973 a junho de 1975;
- i) **Dr. Dante Bastos Cabella**  
Diretor da Instituição de junho de 1975 a maio de 1977;

- j) Dr. Walter Speltri**  
Diretor da Instituição de maio de 1977 a março de 1983;
- k) Dr. Joaquim Lopes Alho Filho**  
Diretor da Instituição de março de 1983 a junho de 1984;
- l) Dr. Marco Marcondes de Moura**  
Diretor da Instituição de junho de 1984 a janeiro de 1986;
- m) Dr. Mário Balster Martins**  
Diretor da Instituição de janeiro de 1986 a junho de 1987;
- n) Dr. João Godinho Leite**  
Diretor da Instituição de junho de 1987 a novembro de 1988;
- o) Dr. Abrão Georges Reston**  
Diretor da Instituição de novembro de 1988 a julho de 1992;
- p) Dr. Luiz Benjamin Francisco**  
Diretor da Instituição de julho de 1992 a janeiro de 1995;
- q) Dra. Maria Tereza Gianerini Freire**  
Diretor da Instituição de janeiro de 1995 a março de 2010;
- r) Dr. Glalco Cyriaco**  
Diretor da Instituição de 2010 a início de 2022;
- s) Débora Pereira.**  
Atual Diretora da Instituição.

Em uma ordem cronológica invertida, destacaremos o trabalho de alguns destes servidores, iniciando pela administração do Diretor Glalco Cyriaco, que antecedeu a ele com a Dr<sup>a</sup> Maria Teresa, e falaremos também do arquiteto e Urbanista Dr. Pier Paolo Pizzolatto, que trabalhou de forma efetiva na implantação do Plano Diretor do Juquery.

Em entrevista realizada em março de 2021, o atual Diretor Glalco Cyriaco me posicionou sobre os fatos mais importantes do recorte dos últimos 20 anos, o que foi fundamental para um melhor entendimento do Plano Diretor.

Quando assumiu como farmacêutico na instituição, na gestão da Dr<sup>a</sup> Maria Teresa, antes da lei antimanicomial, Glauco achou que poderia mudar e evoluir o modo como se realizava algumas questões administrativas local, principalmente porque esse foi o momento em que entrou a questão “smart” da história do Complexo, com a vinda das tecnologias e computadores na instituição.

O período por ele relatado é referente às últimas duas décadas, e a cada ano que passava a instituição sofria um corte orçamentário proporcional à redução pela série histórica, já que como em qualquer instituição pública que tem seu orçamento programado, este, é baseado em seu consumo do ano anterior. Neste caso, trata-se da diminuição de pacientes, que automaticamente proporcionou uma redução da série histórica de consumos e assim, através desses ajustes houve uma diminuição da receita financeira.

Nem por esses cortes de receita, o orçamento da saúde deixou de ser menor para a região. Por exemplo, a inauguração do CAISM, não estava no orçamento do Juquery, mas estava no orçamento da saúde.

Ao perder o recurso pela troca de uso de algum espaço específico dentro da instituição, esse recurso passa a ser utilizado por essa outra iniciativa. O mesmo ocorreu com o Hospital Albano.

Quando o Juquery deixou de prestar serviços à população através do antigo Hospital de Clínicas, houve cortes proporcionais àqueles materiais de consumo que se utilizavam. O corte só não foi integral, porque se mantinham serviços principalmente da manutenção dos pacientes que permaneciam internados.

A luta da Dr<sup>a</sup> Maria Teresa esteve sempre direcionada em mudar a concepção de abandono, causado pelo estigma dos tratamentos psicológicos, ficando quase duas décadas como diretora. Glalco chegou logo no início da gestão, e participou efetivamente dessas modificações administrativas que houve no complexo.

Dentre outros serviços, além do Hospital Geral, havia um escritório Regional de Saúde, antigo DIR, foi Ersa 14 e se tornou Dir, também administrado pela Dr<sup>a</sup> Maria Teresa. Esse escritório realizava o planejamento da Saúde regional. Glalco afirma, que era importante que ela acumulasse essas duas funções, porque grande parte dos prestadores de serviços de saúde do SUS da região, na época, eram trabalhadores do Juquery. Os municípios tinham apenas UBSs, e só mais tarde iniciou a saúde da família, mas o que tinha fora do território para atendimento de pronto socorro eram pouquíssimos.

Dr<sup>a</sup> Maria Teresa como planejadora regional começou a desenhar nos modelos do SUS o que seria importante para a região. A desativação dessas áreas, para a implantação de outras dentro do Juquery, e a efetivação de serviços dentro dos municípios, foi articulado por ela a partir dessa ferramenta que é o Plano Diretor, da ocupação do Juquery.

Glalco ainda ressaltou, que havia uma pressão naquela época, de que, quando não houvesse mais os moradores nas dependências do Juquery, o que seriam dos prédios? Vale

ressaltar, que havia moradores em todos os espaços da instituição, inclusive onde é hoje o 26º batalhão, bem como onde está instalada a Praça da Saúde.

Ainda sobre os servidores notórios por seus trabalhos, e voltando muitos anos na história, temos a figura do Dr. Osório César que se faz presente ainda nos dias atuais, por seu trabalho desenvolvido através da arteterapia, e da influência cultural que este trabalho trouxe para a cidade de Franco da Rocha.

Para Dalgalarro (2007, Osório Cesar foi o primeiro pesquisador a tomar como objeto de estudo a arte produzida por doentes mentais no Brasil. Formou-se em medicina na Universidade do Rio de Janeiro, mas nasceu na Paraíba, João Pessoa.

Segundo Mendes (2018), Osório César observava manifestações artísticas dos internos do Asilo de Alienados do Juquery, com o propósito de recuperar e reintegrar sujeitos com transtornos mentais. “Osório dialogava com as aproximações entre arte e loucura propostas por um grupo de jovens intelectuais parisienses que estabeleciam, naquele mesmo momento”. Mendes (2018, p.56).

A autora conta também que Osório César se correspondia com Sigmund Freud a partir de 1927, onde Freud expressou sua gratidão pelo interesse dos intelectuais brasileiros sobre psiquiatria, pautados em suas teorias.

A autora fala ainda sobre as relações pessoais próximas com artistas modernistas, como Mário de Andrade e Tarsila do Amaral, tendo sido ela companheira de Osório no início dos anos de 1930. Mendes (2018).

De igual importância, destaca-se o trabalho do Dr. Pacheco e Silva, por seu trabalho voltado às pesquisas científicas na área psiquiátrica.

De acordo com Pizzolato (2008) o Dr. Pacheco e Silva modificou o pensamento psiquiátrico, compreendendo a doença mental como problema social anterior à crise do indivíduo. Ainda segundo o autor, Pacheco e Silva assumiu a direção a partir de 1923, dando grande impulso às pesquisas científicas no Hospital do Juquery.

Para Tarelou (2019, p.02), “Com as pesquisas já um tanto avançadas foi ficando claro que entre as décadas de 1920 e 1930, o Hospital de Juquery foi o polo central das aplicações e experimentações de tais procedimentos em território nacional a partir dos interesses científicos de seu então diretor, Antonio Carlos Pacheco e Silva”.

O autor cita ainda, que a proximidade de Pacheco e Silva com a alta cúpula do governo paulista contribuiu para uma efetiva ampliação da infraestrutura do Juquery, de acordo com sua influência política. Assim, houve aumento no número de leitos e de laboratórios especializados.

Notório foi a implantação do Manicômio Judiciário em 1927 destinado aos indivíduos que haviam cometido algum crime em decorrência de algum transtorno mental. Tarelou (2019).

Já mencionado nesta dissertação de mestrado por sua importância ímpar para a cidade de Franco da Rocha, bem como seu desenho territorial, a figura do Dr. Francisco Franco da Rocha aparece nesta ordem cronológica finalizando a apresentação dos trabalhos que impactaram a malha urbana da cidade de Franco da Rocha.

Segundo Oliveira (2011), Francisco Franco da Rocha nasceu no ano de 1864, na cidade de Amparo, Estado de São Paulo. Formou-se em medicina em 1890. Ainda no Rio de Janeiro foi conhecido o professor Teixeira Brandão, que o fez parte do corpo técnico do Hospital Dom Pedro II no Rio de Janeiro.

O autor diz ainda, que o discurso da psiquiatria no período de Franco da Rocha foi condizente a assistência pública asilar ao desenvolvimento científico, e que este discurso só se tornou efetivo após a saída de Franco da Rocha e a entrada de Antônio Carlos Pacheco e Silva na diretoria do hospital. Oliveira (2011).

Desta forma, no ano de 1922, o Dr. Francisco Franco da Rocha fez a seguinte declaração: “Quando há trinta anos, planejei a reforma completa da assistência aos alienados de São Paulo, tive em mente um grande projeto constituído de duas partes: a primeira seria a organização material do Hospital, com suas colônias agrícolas anexas e a assistência familiar e econômica, barata, à moda de Gheel e da Escócia. Esta parte realizei com toda firmeza e segurança, realização hoje provada pelo atual Hospício de Juquery com sua organização administrativa sólida modelar. Nisso consumi a melhor parte de minha vida, segregado da sociedade, para entregar-me, de corpo e alma, a esse trabalho” (Francisco Franco da Rocha apud. Pacheco e Silva, 1924, p. IX), citado em Oliveira (2011, p.63).

O médico e diretor do hospital, se aposentou no ano de 1923 deixando Juquery sob a direção de Antônio Carlos Pacheco e Silva, indicado pelo próprio Francisco Franco da Rocha. Francisco Franco da Rocha faleceu no ano de 1933, na cidade de São Paulo, dez anos depois. Oliveira (2011).

Já no final da carreira do Dr. Francisco Franco da Rocha, julgava-se que o estudo da Anatomia Patológica dos doentes mentais serviria como subsídio na futura cura das doenças mentais. E é nesse momento que efetivamente se inicia as pesquisas laboratoriais do Dr. Pacheco e Silva e em menos de dois anos se configuraria como grande candidato para a vaga de diretor do Hospício, ocupando a vaga do Dr. Francisco Franco da Rocha. Pizzolato (2008).

## **2.2 O início da primeira etapa do Plano Diretor**

Voltando à entrevista com o diretor Glalco Cyriaco, ele relatou quando houve o entendimento da necessidade da ferramenta “plano diretor”, sendo utilizada na utilização do espaço, e disse que o Plano Diretor partiu de uma iniciativa de quando a Dr<sup>a</sup> Maria Teresa atuava como diretora do Complexo, em 1994, e do período em que ela assumiu o cargo em uma instituição com mais de mil moradores.

Dr<sup>a</sup> Maria Teresa Gianilini Freire outrora diretora de outros hospitais, médica pediátrica, direcionada ao cargo pela experiência em saúde e planejamento hospitalar que ela tinha, e que poderia contribuir com essa transformação.

Segundo Glalco, o objetivo do Plano Diretor é blindar a instituição, para que ela continue com suas características. Cuidado para que as especificidades do bem sejam mantidas, além do controle de acessos de acordo com as divisões do plano diretor, pois existem instituições funcionando ali.

A primeira estratégia do Plano Diretor, segundo Glalco foi trazer os moradores que residiam nas dependências do Complexo hospitalar para área central, para um melhor controle e qualidade assistencial. O plano era a desativação das áreas mais periféricas, trazendo os moradores para as áreas internas, sempre respeitando os critérios técnicos de divisão de pacientes por seus diagnósticos psicológicos, e assim dividindo novas unidades de acordo com o perfil dos novos moradores.

Pela necessidade de um plano de ocupação dessas áreas que estavam sendo desativadas, foram convidados arquitetos, através do comando do Prof. Dr. Sylvio de Barros Sawaya, titular da Universidade de Arquitetura e Urbanismo da USP.

Pier Paolo Bertuzzi Pizzolato passou a trabalhar na instituição, e tempos depois desenvolveu as questões de planejamento da instituição em suas nuances estratégicas e de urbanização das áreas, nessa interface com os municípios, por meio do Plano Diretor, surgido a partir de 2004.

Além disso, havia pessoas que trabalhavam na instituição, e que moravam em casas dentro da fazenda, projetadas outrora, exatamente para este fim. Na opinião de Glalco, do ponto de vista legal, tais casas, mantidas pela instituição, eram irregulares, porém, levando em consideração à questão histórica, pela distância onde foi implantada a instituição, alguns trabalhadores do Complexo, necessitavam desse auxílio de moradia há anos atrás. Porém havia a necessidade atual de regularizar essas áreas, de forma humanizada, sem grandes embates.

Foram realizadas várias outras medidas de novas funções do espaço, como a regularização das áreas que foram cedidas por algumas Secretarias por muito tempo e a questão assistencial.

O Plano Diretor do Juquery foi implantado baseado no tripé, estruturado em Saúde, Educação e Cultura. As atividades relacionadas com a Saúde e Educação se localizariam na área central do Complexo, e a Cultura em um polo um pouco mais distante, ainda utilizando as áreas do Juquery.

A primeira versão do Plano Diretor, falava de uma Universidade fora dessa área Central, tendo a intenção da utilização de prédios mais distantes, como a primeira colônia ou até a utilização de outros espaços que pudessem abrigar essa instituição de ensino.

Em 2009, começou uma pressão por parte do poder público, de absorver esses espaços vagos, através de novos usos. A ideia de ter uma creche dentro das terras da instituição, por exemplo, trata de uma questão familiar e afetiva para os moradores, bem como para os antigos funcionários.

Em meados de 2010 aproximadamente, havia no Juquery quase 300 moradores. Esse custeio institucional foi sempre sendo proporcional a essa redução. Recentemente, como o processo de desinstitucionalização se acelerou, custeios com contrato de alimentação, por exemplo, representaram reduções consideráveis à instituição. Outro exemplo são contratos de vigilância de uma área que está sendo desativada. Ainda que desativada, precisa ser garantida a segurança da área, tendo ainda um custo para a instituição.

Um outro exemplo de cortes institucionais foi a cessão de área que aconteceu para a Prefeitura quanto ao tripé, esporte, lazer e cultura. Com a cessão da área CIECEL, na intenção da redução de vigilância patrimonial, ronda dentre outros custos com a manutenção do espaço.

Glalco referiu-se à possibilidade de trazer toda a área de educação para a área central do Juquery, na possibilidade inclusive da construção de novos prédios, já que havia uma preocupação com as transformações que estavam ocorrendo na instituição, bem como pela velocidade que essas aconteciam.

A necessidade de reformular o Plano Diretor ocorreu através da possibilidade de implantação de uma universidade federal, um instituto federal, bem como uma escola técnica, como a Fatec pelo governo do estado e a 1ª revisão do Plano Diretor ocorreu em 2011.

“O Plano Diretor foi adotado na Instituição para nortear as necessidades físicas do serviço de saúde e balizar as possíveis transferências de terra para a implantação de novos usos, já que se verificou que as atividades ligadas ao tratamento de saúde para a região poderiam ser

acondicionadas em quatro novas diretrizes: construção de um novo prédio com função hospitalar, recuperação das construções da antiga 1ª Colônia Feminina para um Hospital de Retaguarda, a criação de um Memorial da Saúde no conjunto do antigo asilo central e implantação da vila terapêutica na área da 1ª Colônia Psiquiátrica, atualmente conhecida como Azevedo Soares. Atualmente, a população de internos representa um número de pouco menos de trezentos leitos. A nova política de saúde implantada propõe o investimento em assistência extra-hospitalar, com a criação de ambulatórios especializados, hospitais-dia e estamos às vésperas da inauguração de um serviço conhecido como CAISM – Centro de Atenção Integral a Saúde Mental – que implementará a aplicação, que já vem sendo realizada a pelo menos 12 anos, na humanização e consequente des-hospitalização de crônicos internos” Pizzolatto (2010).

Para Glalco, separações físicas dos usos não precisam ser tão evidentes, mas são necessárias. Um exemplo disso, é que a parte de Cultura, Esporte e lazer, foi implantada na área “baixa” do complexo. A área de educação foi implantada na área central do quadrilátero tombado do Complexo Hospitalar, e a partir da Saúde foi implantada na parte superior do Complexo, onde se localiza o hospital Albano.

Glauco considera ainda que se conseguiu nesse plano diretor dar um destino a esse tripe dentro da área central. O Plano Diretor foi fundamental até para nortear os dirigentes nas propostas a serem construídas com os parceiros. Fosse a Prefeitura, fosse uma instituição de ensino como a Fatec através do Centro Paula Souza, Ensino federal, estadual, mas tudo isso baseado nessa ocupação, baseado no Plano Diretor.

Glalco relatou, as questões culturais estabelecidas no Plano Diretor, tais como:

Centro Histórico: Ter pontos estratégicos bem definidos, para que as pessoas pudessem conhecer a história da instituição. Para tal, está sendo feito um museu institucional em uma das rotundas<sup>2</sup>, e isso também foi uma mudança do plano diretor, já que a princípio era uma área destinada à educação, transformada nessa atualização da cultura, já que aquela sala, aquela característica de prédio, que são as celas fortes do prédio também remete a curiosidade das pessoas sobre a história da psiquiatria. A antiga rotunda também será responsável pelo acervo institucional, que é formado pelos equipamentos eletrodomésticos antigos, cadeiras e mobiliário.

---

<sup>2</sup> Historicamente, no Complexo Hospitalar do Juquery havia 2 rotundas, onde os pacientes mais agitados recebiam tratamento isoladamente. Trata-se de edifício em formato circular, para evitar que os pacientes em crise, se machucassem.

Um ônibus antigo, denominado de “Jardineira”, foi destinado como atrativo turístico, porém ela não pode ser utilizada sem um planejamento, devido aos usos na área institucional voltado para a Saúde. Mas a jardineira pode trazer as pessoas e deixar em pontos estratégicos. Como nos museus, por exemplo, com monitores.

Deste modo, a importância do trabalho dos servidores apresentados neste capítulo, no tópico anterior, bem como suas interferências e participações no Plano Diretor que conduziu o Complexo Hospitalar a partir dos novos usos, se faz presente a partir das convicções estabelecidas em um novo tecido urbano, apresentado a partir da nova configuração administrativa.

### **2.3 As novas ações implantadas junto à revisão do Plano Diretor**

No entendimento que a inclusão do patrimônio ao meio urbano é de extrema importância para a manutenção do bem material e imaterial, e diante da necessidade administrativa de um equipamento com grandes proporções territoriais, foi criado em 2006 um Plano Diretor específico, com novas diretrizes para o Complexo Hospitalar do Juquery.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> As diretrizes do Plano Diretor do Complexo Hospitalar do Juquery, foram estipuladas a partir do entendimento territorial que apresenta a Instituição e sua dimensão extensa que permite a instalações de outras atividades além da saúde, como: universidade, parque linear, polo tecnológico, sedes de empresas estatais ou mistas, além do parque ecológico. (OFÍCIO NAMC nº 13/2016, Núcleo de Acervo Memória e Cultura).

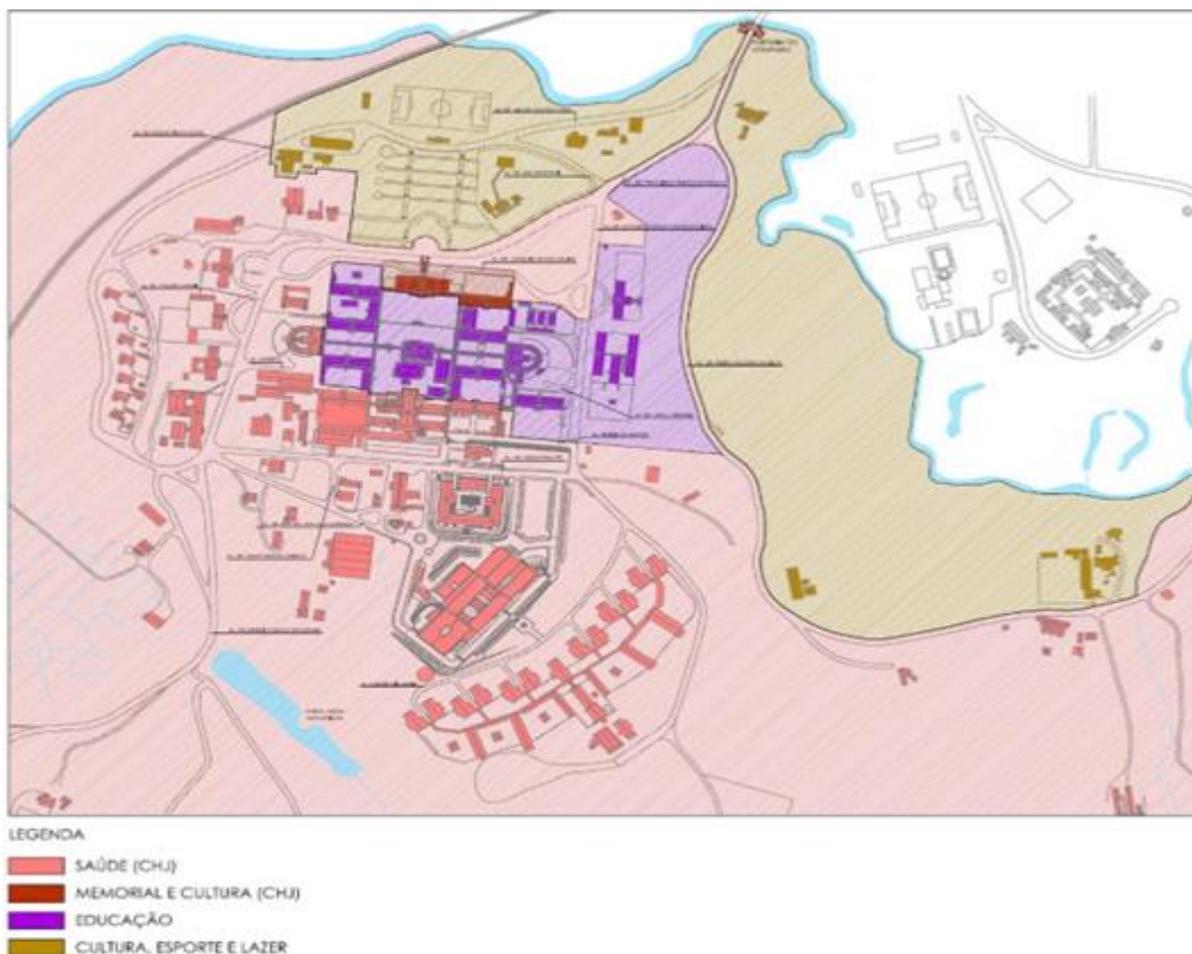


Figura 23– Divisão territorial estabelecida pelo Plano Diretor do Complexo Hospitalar Juquery. Fonte: Arquivo cedido pelo Núcleo de Acervo, Memória e Cultura do Complexo Hospitalar Juquery.

“Trata-se da maior área de propriedade do Estado nesse território, sendo central geograficamente, passível de se constituir em referência tanto de espaço público quanto de valorização social. O Plano Diretor serviu como um dos principais componentes para a criação de um mecanismo operacional único de gestão, respeitando as atribuições de cada um desses órgãos”. Pizzolatto (2010).

Tais diretrizes criadas para uma melhor utilização do espaço nas terras do vale do Rio Juquery, determinaram uma divisão da área e novas funções, através do viés denominado pelo próprio Plano Diretor como “tripé”, para os órgãos voltados para Saúde, Educação e Cultura.

Em documento oficial<sup>4</sup>, emitido em 2016 pelo Núcleo de acervo, Memória e Cultura do Complexo Hospitalar do Juquery, é possível ter uma visão panorâmica da divisão das áreas e diferentes administrações que competem a salvaguarda das terras do Juquery. O documento resume as diretrizes do Plano Diretor, e descreve as novas jurisdições competentes de cada novo

<sup>4</sup> OFÍCIO NAMC nº 13/2016, datado em 30 de Junho de 2016, encaminhado pelo Complexo Hospitalar Juquery ao CONDEPHAAT, pelo Núcleo de Acervo Memória e Cultura.

setor administrativo, relatando inclusive a parcela territorial descrita em metros, a que este se refere.

Segue trechos do documento:

***SAÚDE (2.747.932,94m<sup>2</sup>)***

“O principal ator do Plano Diretor sempre foi a Secretaria de Estado da Saúde, desde a primeira versão de 2006 até hoje, os principais espaços e diretrizes fazem frente às demandas dos serviços tradicionais da instituição, isto é, o atendimento médico à população da região. O documento definiu quatro grandes espaços para instalação dos serviços de saúde: Hospital Estadual "Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho", o Centro de Atenção Integral à Saúde Mental (CAISM), o Hospital de Retaguarda e Reabilitação Física e o Hospital Estadual de Caieiras (sendo este último localizado fora do território da Instituição). Os dois primeiros foram instalados e encontram-se funcionando desde meados de 2011 sob a direção da Organização Social de Saúde (OSS), atualmente gerida pela Associação e Fraternidade São Francisco de Assis na Providência de Deus. O papel do Plano Diretor para tais investimentos foi importante, pois apontou que não existiam mais condições para adaptação dos pavilhões psiquiátricos em novas áreas de atendimento para o hospital de clínicas (prática comum na instituição desde 1980) e, portanto defendeu investimentos para a construção de novo prédio, além de indicar as construções que poderiam ser adaptados para a psiquiatria (CAISM).

O antigo hospital localizado nas dependências da Diretoria de Saúde de Pacientes Internados (DSPI) desocupado desde a inauguração da obra passará por reforma/adaptação e se transformará em Unidade de Internação em Cuidados Prolongados (UCP) com 105 leitos. Importante frisar que essa modalidade de leito apresenta grande demanda atualmente, já que o Sistema Único de Saúde (SUS) extinguiu-o dentro dos serviços disponibilizados nos hospitais da rede pública. O Hospital Estadual de Caieiras está localizado no centro do município vizinho e é resultado de parceria entre a Instituição e a prefeitura municipal. O prédio é relativamente novo, inaugurado em 2008 e atende a demanda de serviços de ginecologia/obstetrícia, além da maternidade regional. A rede de saúde municipal atende o pronto-socorro adulto e infantil, ocupando áreas anexas e o térreo andar do hospital, enquanto a Secretaria de Estado da Saúde desenvolve o atendimento especializado de saúde em ginecologia e obstetrícia, incluindo serviços de atendimento neo-natal (Unidade de Terapia Intensiva e Cuidados Intermediários). O Plano Diretor de 2006 não previu tal ocupação, pois a demanda municipal surgiu posteriormente, mas consideramos nessa revisão as previsões de investimento para consolidar o serviço em Caieiras como, por exemplo, a reforma dos prédios anexas para acomodação do

pronto socorro adulto municipal e consequente ocupação do atendimento Estadual, ampliando assim o leque oferecido com o serviço de parto natural.

Retornando para as terras do Juquery, os edifícios construídos na época do Dr. Pacheco e Silva localizados na Alameda Walter Maffei estão sendo utilizados para acomodar as áreas administrativas do Complexo Hospitalar do Juquery e continuarão ocupando de maneira mais organizada, já que serviços técnicos que estão em outros prédios irão ser acomodados nesse mesmo local<sup>5</sup>.

### **MEMÓRIA E CULTURA (5.372,55m<sup>2</sup>)**

Dentro de uma análise mais atenta ao conjunto edificado foi identificada a necessidade de repensar a ocupação dos prédios edificados pelo projeto original de Ramos de Azevedo. O eixo (norte/sul) escolhido para ordenar as construções, valeu-se da exploração de vários platôs construídos e constituiu uma solução extremamente hierárquica em relação ao paciente. Em outras palavras, o posicionamento do projeto em forma de pavilhões escolhido por Ramos causou um ar opressivo, já que o processo de asilamento do alienado seguia uma lógica de exclusão cada vez mais crescente. O prédio da administração central, localizado em ponto estratégico, representava para o paciente um marco de sua institucionalização e como portal para as práticas terapêuticas mais restritivas. O referido prédio continuou funcionando como área administrativa até dezembro de 2005, quando um incêndio de grandes proporções destruiu boa parte do mesmo. O que sobrou foram as paredes de alvenaria em ruínas em praticamente 2/3 do local e o restante bastante danificado pela ação da água dos bombeiros. O Plano Diretor considerou então que tal ruína, uma vez consolidada, serviria como uma espécie de memorial da instituição, com características de um espaço de praça ao ar-livre.

A reforma e adaptação dos pavilhões ligados à Memória e Cultura considerarão espaços com o intuito de incrementar a vocação museológica: espaços expositivos, guarda técnica, laboratório de restauro, anfiteatro (150 lugares), administração, apoio, jardim e praça. Sobre o jardim, propõe-se que tanto o pátio interno do pavilhão como o jardim contíguo ao prédio incendiado seja restaurado e sua flora seja recuperada conforme análise histórico-fotográfica. Finalizando esse tópico a antiga residência do Dr. Franco da Rocha foi cedida para uso da Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, conforme Decreto Estadual nº 61.295/15, como espaço museográfico e expositivo que contará a história da cidade, expondo parte de nosso acervo da Escola Livre de Artes.

---

<sup>5</sup> Na área da Saúde e em pleno funcionamento desde a implantação das primeiras diretrizes do Plano Diretor até os dias atuais, estão o Centro de Atenção Integrada a Saúde mental - CAISM e hospital estadual Dr. Albano da Franca Rocha Sobrinho.

### **EDUCAÇÃO (70.934,67m<sup>2</sup>)**

Segundo o Plano Diretor, o restante dos edifícios que compunham o asilo central e alguns prédios em anexo foi avaliado para a implantação do espaço educacional, transformando-os em salas de aula, laboratórios, apoio pedagógico, bibliotecas e afins garantindo a mudança e renovação da vocação da instituição. Atualmente podemos citar que existe o processo nº 001.0001.001399/13, em andamento na Casa Civil do Governo do Estado de São Paulo, para cessão de uso das construções localizadas nessa região para a instalação do Instituto federal de Educação (ITESP). Além desta proposta, existe também a passagem de seção de uso de duas edificações contíguas à área da Educação para a instalação da Diretoria Regional de Ensino de Caieiras (processo n.º 001.0136.001125/15), que atende de forma satisfatória a vocação apontada pelo Plano Diretor.

As áreas de várzea que delimitam a fazenda e fazem divisa com os municípios de Franco da Rocha e Caieiras devem ser tratadas de forma a garantir sua manutenção vegetal e a proteção das margens do rio Juqueri. Apesar da existência da rede ferroviária no local, as qualidades paisagísticas do local são atrativas para acomodar um parque linear que ocuparia parte da várzea que constitui a divisa com o Parque Estadual do Juquery até o limite da cidade de Caieiras. O parque será de grande importância, pois permitirá uma divisão harmônica entre a cidade e a instituição. Atualmente parte dessa área foi cedida à prefeitura de Franco da Rocha (Decretos Estaduais nºs 56.871/11 e 61.295/15), para a criação do Parque Linear que se inicia em área externa à Instituição e ocupa o jardim e campo de esportes construídos durante a década de 1930. Cabe salientar que a solicitação feita pela prefeitura municipal para o cercamento do local tem como objetivo delimitar a área de abrangência de tal parque, além de facilitar a administração da área, como por exemplo: contrato de segurança, manutenção de vias e podas da vegetação.<sup>6</sup>

### **26.º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO (562.138,52m<sup>2</sup>)**

O território ocupado pelo batalhão de polícia já estava ocupado desde 1996 (oficializado pelos Decretos nº 46.009/01 e 58.698/12) e o plano considerou estratégico a manutenção do

---

<sup>6</sup> O planejamento de 2006, apresentado para a área da Educação propunha uma unidade de Ensino Superior. A reforma do prédio que receberia tal demanda deveria ser feita de acordo com as normas de tombamento especificadas pelo CONDEPHAAT, o que inviabilizou o projeto em decorrência dos altos custos financeiros. Posterior a esse evento, através da proposta de implantar uma escola técnica no município, mais uma vez houve a possibilidade de reformar alguns prédios para uso educacional, mas o entendimento de que a construção de um prédio novo era mais viável financeiramente, determinou outro endereço para a escola técnica, que foi construída na Rodovia Prefeito Luiz Salomão Chamma. O Plano Diretor do Juquery foi revisado dez anos depois, já em 2016. As demandas educacionais foram reconfiguradas e os itens citados acima foram revogados.

uso, pois o mesmo permite a proteção do perímetro do terreno, além de coibir possíveis invasões para a construção de habitações precárias.

### **CORPO DE BOMBEIROS, SEDE DE FRANCO DA ROCHA**

Atualmente o batalhão do corpo de Bombeiros de Franco da Rocha localiza-se junto à escola de Bombeiros próxima a Rodovia Prefeito Salomão Chamma, mas com a ampliação das atividades de formação de cadetes na unidade, foi necessária a realocação do serviço para outro lugar. A Instituição, acreditando que é estratégico em relação à segurança dos prédios, ofereceu área próxima à Alameda Antônio Pacheco e Silva para a construção da nova sede permitindo acesso mais rápido tanto à cidade como para as áreas internas do Complexo Hospitalar do Juquery (solicitado através do Ofício nº 5GB-009/200/14, em fase de tramitação junto a Casa Civil).”

Através do DECRETO Nº 66.683, DE 27 DE ABRIL DE 2022, o Governador do Estado de São Paulo em exercício Rodrigo Garcia, decretou uma nova cessão de uso ao município de Franco da Rocha:

Artigo 1º - Fica a Fazenda do Estado autorizada a permitir o uso, a título precário e gratuito, por prazo indeterminado, em favor do Município de Franco da Rocha, das edificações relacionadas no Anexo deste decreto, que compõem o Complexo Hospitalar do Juquery, localizado na Avenida dos Coqueiros, nº 300, naquele Município, cadastradas no SGI sob o nº 2.203 e identificadas e descritas nos autos do Processo Digital SES-PRC-2021/26386.

### **ANEXO**

#### **a que se refere o artigo 1º do Decreto nº 66.683, de 27 de abril de 2022**

Nº	Identificação do Prédio	nº das Edificações	Área (m²)
1	Portaria da Ponte	33.564	128,60
2	Ouvidoria	22.661	87,60
3	Antiga Creche	22.653	1.164,13
4	Antigo Ambulatório de Especialidades	22.574	1.424,41
5	Residência nº 09 – Bloco Central	34.169	115,45
6	Residência nº 10 – Bloco Olaria	34.169	138,33
7	Matadouro	-	87,15
8	Morcegário	34.158	485,00
9	Shangri-lá	-	5.949,00

Figura 24– Divisão em áreas estabelecida pelo DECRETO Nº 66.683, DE 27 DE ABRIL DE 2022.

Fonte: Publicado na Secretaria de Governo, aos 27 de abril de 2022.

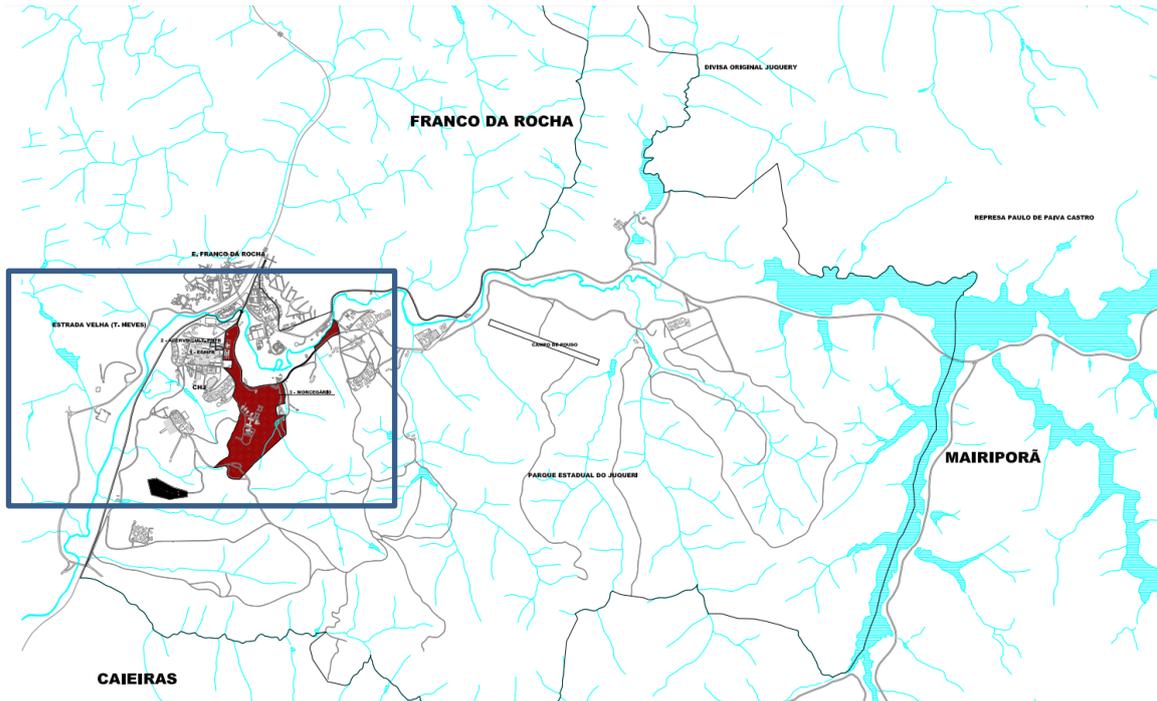
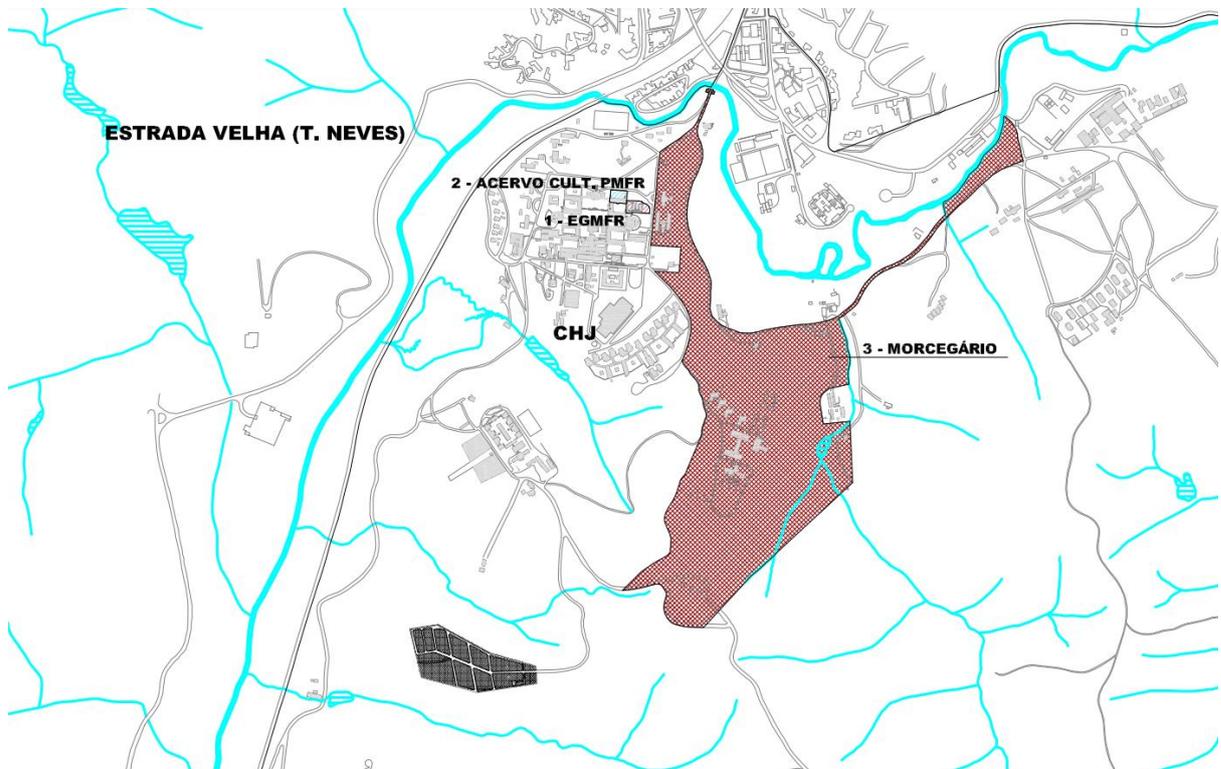


Figura 25– Mapa de Implantação, contendo os novos decretos de 2019 até 2022 (incluso Morcegário).

Fonte: Arquivo cedido pelo Núcleo de Acervo, Memória e Cultura do Complexo Hospitalar Juquery.



ITENS	INTERESSADO	SITUAÇÃO	ÁREAS (M2)
01	Escola de Governo do Município de Franco da Rocha - EGMFR (Hospital Dia)	Área em cessão de uso a PMFR para fins de Educação (Decreto nº 64.244 de 17/05/19)	2.274,32
02	ACERVO CULTURAL PMFR (ANTIGO 1º PAV. FEMININO)	Área em cessão de uso a PMFR para fins de Educação e Cultura (Decreto nº 66.263 de 25/11/21)	1.912,73
03	MORCEGÁRIO E OUTROS	Área com permissão de uso a PMFR através do Decreto nº 66.683 de 27/04/22	433.372,53

Figura 26– Detalhe mapa de Implantação, contendo os novos decretos de 2019 até 2022.

Fonte: Arquivo cedido pelo Núcleo de Acervo, Memória e Cultura do Complexo Hospitalar Juquery.

## Capítulo 3 – O impacto da implantação do Plano Diretor na Cidade de Franco da Rocha

### 3.1 As atividades realizadas através do novo uso do território

Diante das diretrizes apontadas nos parágrafos acima, determinadas pelo Plano Diretor, e apresentadas pelo documento aqui citado, uma nova demanda que pôde ser observada quanto à utilização das terras do Complexo.

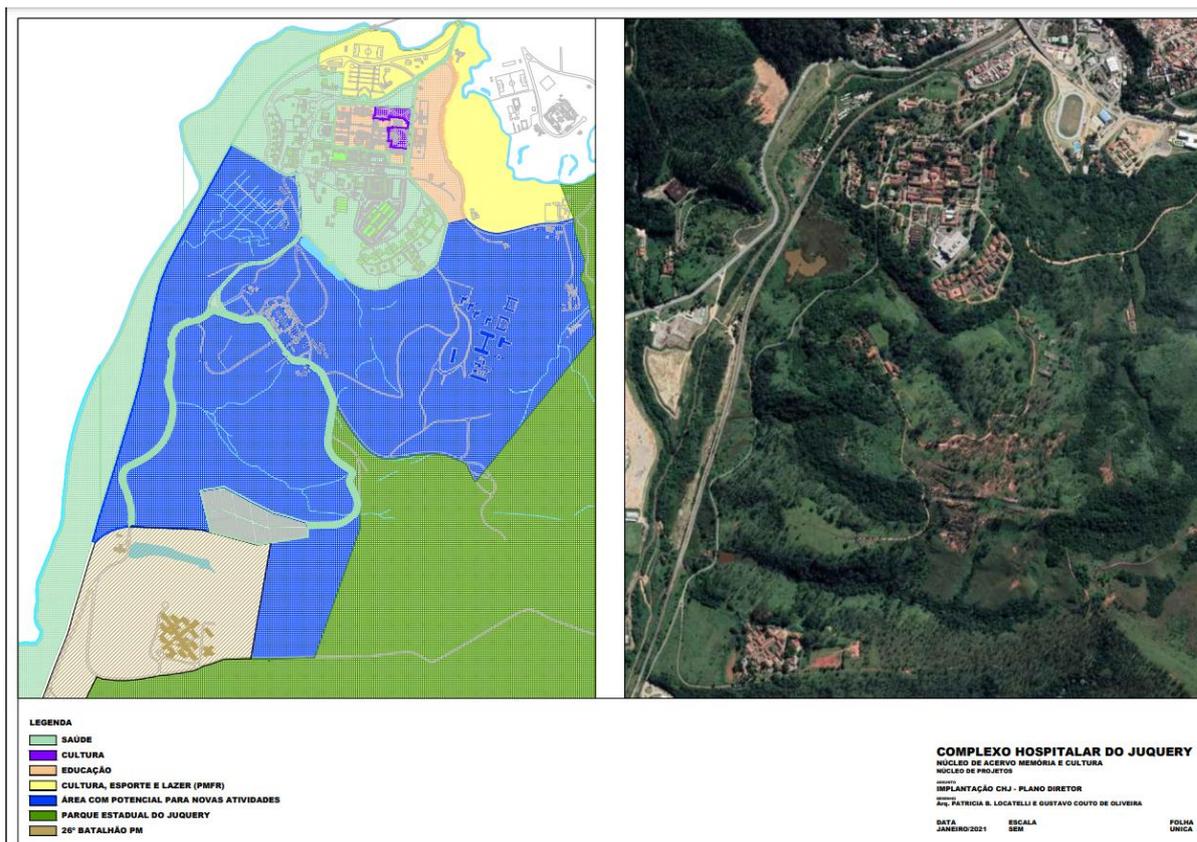


Figura 27– Nova divisão territorial estabelecida pelo Plano Diretor do Complexo Hospitalar Juquery.

Fonte: Arquivo cedido pelo Núcleo de Acervo, Memória e Cultura do Complexo Hospitalar Juquery.

Uma parcela de terra foi encaminhada através de uma cessão de uso pelo Governo do Estado de São Paulo ao Município de Franco da Rocha, e foi denominada Centro Integrado de Educação, Cultura, Esporte e Lazer –CIECEL. Uma área de 225.919,35m<sup>2</sup>, documentada através do Decreto Est. nº 61.295/15, que determinou a utilização deste espaço dentro dos parâmetros estabelecidos para a Educação e Cultura.

Na imagem abaixo, estão representados os espaços pelas seguintes descrições:

1. PARQUE MUNICIPAL BENEDITO BUENO DE MORAES;

2. PASSARELA INTERLIGANDO O PARQUE MUNICIPAL AO MUSEU;
3. MUSEU OSÓRIO CÉSAR;
4. ENTRADA COMPLEXO HOSPITALAR;
5. CRECHE MUNICIPAL;
6. CAMPO DE FUTEBOL;
7. CENTRO DE VIVÊNCIA EM MÚLTIPLAS LINGUAGENS RAIMUNDA ASSUNÇÃO DOS SANTOS;
8. CAISM (CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRADA À SAÚDE MENTAL);
9. HOSPITAL DR. ALBANO DA FRANCA ROCHA SOBRINHO.

Legenda área CIECEL:

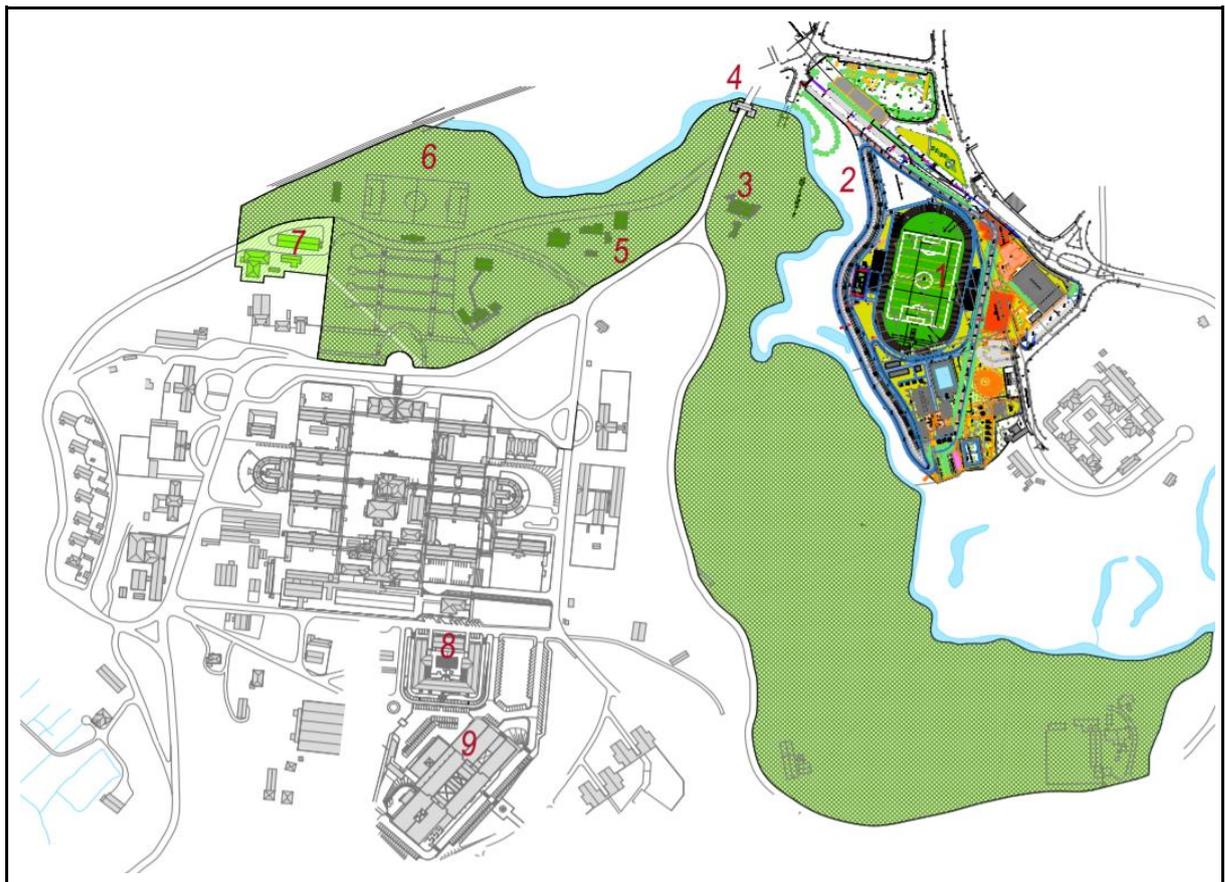


Figura 28– Área CIECEL.

Fonte: Arquivo cedido pelo Núcleo de Acervo, Memória e Cultura do Complexo Hospitalar do Juquery.

A primeira atuação da prefeitura dentro da área cedida foi o restauro de um dos prédios, que o transformou em “Centro de Vivência em Múltiplas Linguagens Raimunda Assunção dos

Santos”. A partir dessa nova utilização do espaço, as terras do Juquery passaram a ter encontros culturais, que vão desde ocupações artísticas como o projeto denominado “#OCUPAJUCA”, até festivais que atraem pessoas de diversos locais, como o “SOY LOCO POR TI JUQUERY”. Há de se considerar, que esses eventos realizados desde a cessão de uso das terras trouxeram impactos culturais para a cidade de Franco da Rocha.



Figura 29– Festival Soy Loco por Ti Juquery 18/09/2018.

Fonte: <http://www.francoarocha.sp.gov.br/franco/index/pesquisa> (28/07/2021).



Figura 30– Festival Soy Loco por Ti Juquery 18/09/2018.

Fonte: <http://www.francoarocha.sp.gov.br/franco/index/pesquisa> (28/07/2021).

O município, no ano de 2018 iniciou obras de restauro na casa que pertenceu ao Dr. Franco da Rocha, que recebeu o nome de “Museu de Arte Osório Cesar - MAOC”, bem como parte do acervo do antigo museu Osório Cesar. O museu já inaugurado, conta com obras de artes desenvolvidas pelos pacientes que permaneceram internados na instituição a partir da década de 30, quando a Terapia Ocupacional passou a fazer parte do tratamento dos internos, clinicados pelo próprio Dr. Osório César.

Notória é a nova configuração apresentada pela administração, que influencia diretamente a cidade de Franco da Rocha, através da reinserção dos moradores nas áreas voltadas para visitação, como é o caso do Museu de Arte Osório Cesar.



Figura 31– Museu de Artes Osório Cesar - MAOC.  
Fonte: Acervo pessoal.

Em se tratando de desenvolvimento e crescimento econômico da cidade de Franco da Rocha através da ressignificação do patrimônio histórico, a apresentação da nova versão do MAOC é provavelmente a maior atividade cultural que a cidade apresentou neste ínterim. Falaremos especificamente sobre o MAOC, visto que o tema necessita de uma profunda reflexão, que vai além desta breve apresentação dos últimos fatos realizados pela municipalidade em torno da instituição.

Ainda sobre o museu, este revela muito mais do que seu acervo pode apresentar. Na parte posterior do edifício foi construída uma ponte que faz uma integração entre as terras do complexo hospitalar e o parque municipal Benedito Bueno de Moraes. Essa ponte transcende de forma simbólica a ligação entre cidade e Complexo Juquery, devolvendo este equipamento à população através de uma linguagem cultural, onde a história de histeria psiquiátrica passa a fazer parte de um passado que não deve ser esquecido, mas utilizada como base teórica e cultural para um novo uso dessas terras.



Figura 32– Passarela de acesso entre o Museu de Artes Osório Cesar e o Parque Municipal Benedito Bueno de Moraes.

Fonte: Acervo pessoal.



Figura 33– Passarela de acesso entre o Museu de Artes Osório Cesar e o Parque Municipal Benedito Bueno de Moraes.

Fonte: Acervo pessoal.

As obras de construção de uma creche tiveram início em setembro de 2019, por meio de contrato estabelecido entre uma empresa privada e o Município de Franco da Rocha. A creche foi implantada na entrada do Complexo, tal qual a antiga creche que acomodava os filhos dos antigos servidores do Juquery, e já se encontra em pleno funcionamento.

Voltando a atenção ao Plano Diretor do Juquery, este também descreve o prédio administrativo que sofreu um incêndio em 2005, e defende que suas ruínas sejam mantidas, sem restauro, servindo de “testemunha” de parte da história a ser lembrada através do cenário aparente.

Pizzolato (2008) cita que a alteração da estrutura administrativa do Complexo Hospitalar, trazida por essa nova determinação no uso do espaço, antes destinada à especialização em psiquiatria, agora destinada às especialidades médicas do Sistema Único de Saúde (SUS), é importante para atualizar a instituição.

E o autor cita ainda, que o Plano Diretor serviu como um dos principais componentes para a criação de um mecanismo operacional único de gestão, respeitando as atribuições de cada um desses órgãos Pizzolato (2008). O autor compreende que a recuperação de seu espaço físico é importante para o futuro da Instituição, e que a permanência digna de algumas construções históricas possa transformar os novos usos do local, observada a possibilidade de resgatar a gestão única desse compartimento da paisagem, sejam estes espaços ligados à saúde ou não.

### **3.2 Resignificando o espaço através da arte – Museu de Arte Osório Cesar (MAOC)**

O Museu de Arte Osório Cesar foi citado em vários momentos desta dissertação de mestrado, notória é sua importância para a cidade de Franco da Rocha. De igual importância, o trabalho desenvolvido pelo Dr. Osório César marcou a instituição desde o desenvolvimento da Arteterapia utilizada nos pacientes, até o impacto cultural, que os trabalhos de arte confeccionados pelos pacientes causaram, e ainda causam nos dias atuais.



Figura 34– Placa de identificação na entrada do Museu de Artes Osório Cesar.

Fonte: Acervo pessoal.

Em Rodrigues (2021) o autor relata várias passagens deste trabalho, e aponta que em 28 de agosto de 1933, Osório Cesar realizou juntamente com outros profissionais, onde diversas conferências ministradas por médicos, intelectuais e artistas e uma exposição com apresentação dos trabalhos artísticos produzidos pelos internos do Juquery. A conferência contava ainda com desenhos produzidos por alunos infantis de escolas da cidade de São Paulo.

O autor cita ainda os temas de algumas exposições, e é possível compreender através destes temas, que não se tratava apenas da apresentação das obras, mas sobre o estudo que abrangia a psicanálise, e a produção cultural que esta parcela da sociedade, “segregada” das demais, em virtude dos problemas psicológicos a que estas enfrentavam, era capaz de desenvolver.

Rodrigues (2021) ressalta a importância do trabalho de Osório Cesar como crítico de arte, no mesmo momento em que ocorreram as exposições com as produções artísticas dos internos do Juquery, pois este conhecimento tornou possíveis discussões e debates no campo da arte, com outros vieses de entendimento das obras e dos artistas, já que para o médico, as produções de internos do Juquery não se tratavam apenas de um tratamento psicológico, mas sim, de obras de arte, que neste ínterim, passaram a ser vistas juntamente das demais produções de artistas modernistas.

Segundo Rodrigues (2021) a Escola Livre de Artes Plásticas do Juquery foi dirigida por Osório Cesar até sua aposentadoria, em meados de 1965, e o médico incentivava a criação de artes de uma forma espontânea nos pacientes.

O autor relata em vários momentos a compreensão de Osório Cesar quanto à importância das produções dos internos do Juquery como obras de arte, e o que estas obras poderiam expressar através desta linguagem cultural, e, portanto não poderiam ser analisadas apenas como de identificação de patologias. E ressalta que em 1929, o médico e crítico de arte Osório Cesar, já entendia a necessidade da criação de um museu de arte no Juquery, capaz de apresentar as obras, bem como os artistas. Rodrigues (2021).

Segundo Rodrigues (2021) a partir daí Osório Cesar passou a colecionar as produções de artistas e pacientes do Juquery com a intenção de construir um museu para apresentação destes trabalhos, e passou também a organizar exposições em museus de arte como o MASP e o MAM-SP. O autor cita ainda, que Osório Cesar doou 102 obras de artistas do Juquery para o acervo do MASP, em 1974.

Mas o Museu no Juquery foi implantado apenas em 1985, cujo nome “Museu Osório Cesar” foi dado em homenagem ao médico, principal figura para o desenvolvimento, bem como coleção das obras de arte ali apresentadas, e pelo interesse que o médico tinha em implantar um museu de arte. E o autor cita ainda a atuação pioneira no desenvolvimento artístico de pacientes psiquiátricos no Juquery, através do tratamento de arteterapia aplicado por ele, que foi capaz de produzir este acervo. Rodrigues (2021).

Segundo Rodrigues (2021), dentro do Museu Osório Cesar, foi implantado um Atelier de Arte, proporcionando a retomada das atividades de arte como terapia para os internos do hospital. E o autor relata que o Museu Osório Cesar, de 1985, já havia sido instalado na antiga casa da diretoria do hospital, assim como o atual MAOC. E complementa a informação dizendo que em 1988, poucos pacientes continuavam a frequentar o atelier.

Neste momento da história, o Museu Osório Cesar buscava novo espaço para o acervo, já que a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo pretendia utilizar o prédio onde havia sido instalado o museu. O restauro não foi realizado, e o Museu Osório Cesar foi fechado apenas em 2006. Rodrigues (2021).

Em 2013, a Prefeitura Municipal de Franco da Rocha, desenvolveu um projeto para o restauro e recuperação do Museu Osório Cesar, e em 2017, o governo estadual autorizou o uso do dinheiro destinado para a obra de restauro do prédio. No dia 15 de outubro de 2018 foi publicada a Lei Municipal nº 1.360/2018 pelo Diário Oficial da Prefeitura de Franco da Rocha,

“dispondo: sobre a criação do Museu de Arte Osório Cesar, instituição subordinada à Secretaria Municipal de Cultura e sediada na antiga casa da diretoria do Juquery”.

Importante relatar, que não se trata de um museu sobre a figura do médico Osório Cesar, apesar de sua importância ímpar. O museu de Arte Osorio Cesar apresenta as produções de artistas que estiveram na condição de pacientes do Juquery.

### 3.3 A inserção do patrimônio na cidade

Segundo Figueiredo (2014), as principais diretrizes para a implantação da unificação de espaços consistem em: promover o desenvolvimento econômico compatível com ambiente e com o suporte de infraestrutura urbana; garantir a ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes.

A fala acima não está em um contexto direcionado para as terras do Juquery, mas vai ao encontro com as diretrizes que o plano diretor administrativo do Juquery tem como premissa.

Segundo a própria administração do Complexo Hospitalar, o fato dos usos acontecerem entre as várias jurisdições, e terem como prerrogativa sempre as cessões de uso ao invés de uma doação definitiva da terra, é justamente para evitar um uso desenfreado e incompatível do espaço, contrário ao definido pelo planejamento do plano diretor, considerando principalmente as mudanças municipais administrativas a cada quatro anos de mandato político.

A atual administração vem mantendo as terras do Complexo Hospitalar, bem como seu entorno, com total dedicação e as fotos abaixo reforça essa colocação:



Figura 35– Prédio do Complexo Hospitalar.

Fonte: Acervo pessoal.



Figura 36– Prédio do Complexo Hospitalar.  
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 37– Prédio do Complexo Hospitalar.  
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 38– Prédio do Complexo Hospitalar.

Fonte: Acervo pessoal.

O cuidado com o patrimônio é notório, e a administração tem tratado insistentemente dos cuidados com a preservação dos espaços, mantendo assim uma memória cultural permanente. Porém, Pereira e Inácio (2016, p.7) dizem, “Para domar os avanços dessa cidade sobre suas memórias é preciso que os projetos que envolvam o patrimônio sejam inclusivos, levando o patrimônio para dentro do conjunto urbano, se misturando a ele e não apenas identificado como um sítio intocado”.

Seguindo o pensamento acima, entende-se que o uso do espaço se apresenta não apenas na forma de memórias passadas, mas na aplicação de novas memórias causadas por novos usos, e um melhor aproveitamento do espaço urbano.

Na visão de Pereira e Inácio (2016), as cidades devem inserir políticas patrimoniais nas questões sociais e no processo de fruição do patrimônio, de modo que a cidade objeto do desenvolvimento turístico possa absorver e determinar novos significados e novos usos ao conjunto de bens patrimoniais.

Atingir a sustentabilidade de uma cidade, em uma combinação de política de preservação patrimonial e planejamento territorial, é submeter à população a uma melhor qualidade de vida. Cândida, Costa e Alvarenga (2015).

É importante invalidar a concepção de patrimônio apenas enquanto monumento, já que este deve se incorporar a uma política urbana, para a própria compreensão de uma articulação dos instrumentos urbanísticos, que proporcionarão a preservação do patrimônio e das cidades Cândia, Costa e Alvarenga (2015).

Neste contexto os processos ocorridos a partir da leitura territorial realizada pelo plano Diretor do Hospital Juquery, são passíveis de serem citados em termos econômicos por meio da utilização dos indicadores de sustentabilidade, uma vez que a inserção da população ao meio urbano tem acontecido na cidade de Franco da Rocha por meio de uma dinâmica que envolve cultura e arte, trazendo para a cidade um melhor desenvolvimento urbano, onde o poder público bem como toda a população vem buscando o desenvolvimento de um trabalho em conjunto, que já se enquadra em parâmetros de sustentabilidade dentro da economia dos bens culturais.

### **3.4 Franco da Rocha, cidade do Juquery**

Como já mencionado nesta dissertação, a cidade de Franco da Rocha surgiu por meio da implantação do Complexo Hospitalar do Juquery, e a partir da logística a que este demandava para seu funcionamento. Trata-se de uma instituição que ao longo dos anos acomodou aproximadamente mais de 14.000 internos, em seu pico máximo de internação, a partir da década de 60. Para tal funcionalidade, o número de servidores era de aproximadamente 2.500 pessoas.

A loucura fazia parte da cidade e era comum aos moradores, principalmente pelo costume na rotina com os internos dentro de suas casas, uma vez que, como já mencionado, uma parte dos moradores era familiar dos pacientes, e a outra parte dos moradores trabalhava na instituição.

Lancman (1995) faz uma observação que diz muito sobre a rotina de Franco da Rocha, em meio ao funcionamento da instituição, muitos habitantes da cidade permanecem mais tempo no hospital como funcionários do que com seus familiares.

O município de Franco da Rocha tem em sua identidade as memórias do período em que a ligação entre a cidade e hospital era unida por uma “conexão”, e a relação entre as duas partes era tão forte, que a logística da cidade passou a acontecer a partir das atividades realizadas no hospital.

De acordo com Reis (2009) a experiência do espaço é sempre socialmente construída. Para o autor, as representações públicas indicam uma imagem territorial, que reivindica os espaços da cidade para si. Desta forma, o autor ainda coloca a memória como elemento para a

compreensão da constituição de práticas e projetos recentes, do passado a partir das reconstruções que são feitas no presente.

Dito isto, considerando a singularidade da história aqui relatada, dos 120 anos de implantação do complexo Hospitalar do Juquery, e a complexidade administrativa causada pela área territorial gigantesca que apesar de se localizar dentro de um município, trata-se de uma área onde sua maior proporção pertence ao Governo do Estado, há de se reconhecer que as fronteiras que dividem essa “cidade” dentro da cidade de Franco da Rocha são separadas por uma linha tênue, onde uma nova utilização do espaço possibilita para este “tecido urbano” uma manutenção física e sentimental, considerando uma história que determinou a vida de tantos cidadãos francorrochenses.

No caso da cidade de Franco da Rocha, já há fisicamente um entendimento de “centralidade”, considerando principalmente a proximidade territorial entre o centro comercial da cidade e o Complexo Hospitalar, que facilmente seria reconhecido como um Centro Histórico pela população.

Assim, a proposta de desenvolver um Centro Histórico no município, como uma das formas de propagar um melhor entendimento do espaço e delimitar que a utilização urbana seja diretamente ligada ao patrimônio arquitetônico, une-se à proposta de que a preservação dessas áreas seja de interesse de todos.

Para um maior crescimento da cidade de Franco da Rocha, em se tratando de desenvolvimento cultural, a implantação de um Centro Histórico nas áreas do Complexo Hospitalar, não significa a restauração dos prédios tombados, ou investimentos que venham onerar os cofres públicos. Trata-se da história da cidade e do equipamento, contada através do patrimônio.

A Carta Internacional sobre o Turismo Cultural apresentada por ICOMOS descreve que o patrimônio desempenha um papel importante na vida contemporânea “e deve ser acessível, física, intelectual e emocionalmente, ao grande público” uma vez que “os conjuntos patrimoniais possuem um valor intrínseco para todos os povos por constituírem uma base importante da diversidade cultural e do desenvolvimento social. A proteção e a conservação, a longo prazo, das culturas vivas, dos conjuntos patrimoniais e do seu acervo cultural, bem como a sua integridade física e ecológica no seu meio ambiente, deve constituir uma componente essencial das políticas de desenvolvimento social, económico, legislativo, cultural e turístico.” ICOMOS, Cidade do México, 17 a 23 de Outubro de 1999.

Assim, é possível dizer que a consciência patrimonial, diz mais sobre às necessidades de uma sociedade futura, do que o reconhecimento do passado, haja visto que a identidade do patrimônio corrobora com o processo coletivo da mudança.

“Deve-se observar, que a produção dos espaços esta permeada de múltiplos territórios lugares, que adquiriram significados no âmbito da memória e história local. Existindo uma relação dialógica entre os sujeitos, verificada nas suas práticas culturais, onde estes estão constantemente reterritORIZANDO a experiência do espaço, produzindo novos sentidos, que hoje parte da antropologia aponta-os como fragmentados e descontínuos. A cidade de Franco da Rocha surge como um emaranhado de relações repletas de tensões urbanas, onde a disputa pela memória social é cada vez mais acirrada envolvendo valores, sentimentos e interesses que vão se constituindo em uma cultura própria, francorrochense.” Reis (2011, p. 148).

Deste modo, a cidade de Franco da Rocha, em parceria com a administração do Complexo Hospitalar, ao implantar ações culturais na cidade nos últimos anos, bem como, ao inserir a população nas terras do Juquery por meio destes eventos, vêm desempenhando o papel fundamental para o cidadão, ao proteger as memórias culturais da cidade, através da inserção do patrimônio ao meio urbano, deixando evidente a simbiose entre a cidade de Franco da Rocha e este equipamento urbano. Este fato faz a cidade ter um elo cultural impossível de ser quebrado pelo lapso temporal ocorrido entre 1898 e os dias atuais.

## CONCLUSÃO

O Complexo Hospitalar do Juquery foi por muitos anos palco da insanidade de muitas pessoas com distúrbios psicológicos e psiquiátricos, e fez parte do cenário de uma cidade que surgiu, como apontam dados levantados após os estudos realizados para esta dissertação de mestrado, em virtude da implantação e funcionamento por mais de cem anos, deste equipamento urbano.

Na década de 80, após a reforma e criação do Ersa 14, que proporcionou atendimento ambulatorial, urgências e emergências à toda a população, incluindo os cidadãos nascidos neste hospital, houve uma amálgama ainda maior entre população e instituição, uma vez que a rotina da instituição fazia parte da vida de todo cidadão francorochense.

Para nós cidadãos francorochenses, o louco realmente fazia parte do cenário urbano, e a rotina de alguns pacientes eram vinculadas às famílias próximas a eles, por serem parentes de sangue, ou por serem funcionários que se tornaram amigos em algum momento, e que recebiam os internos em casa para a execução de trabalhos domésticos, ou pela simples proximidade com o paciente. Proximidade esta, que já não permitia mais distinguir o “louco”, do cidadão entendido como “normal”.

Estranha a fala acima, mas para o morador da cidade de Franco da Rocha, era comum ver os pacientes na rua, facilmente destoados do restante da população, com seus cabelos muito curtos, em sua maioria sem os dentes, vestindo um uniforme verde com o brasão do Complexo hospitalar Juquery carimbado no peito e um chinelo de dedo. Havia portanto, o entendimento que se eles estavam em “liberdade”, não precisávamos ter medo, já que estes estariam em fase avançada e controlada do tratamento, e só não recebiam alta pelo abandono das famílias, que muitas vezes executavam a internação dos pacientes e simplesmente desapareciam.

Com a mudança de uso, a sensação que população relatava, é que o Juquery, como instituição havia fechado as portas! O que causou um sentimento amargo nas famílias que comungavam do mesmo problema. Com a diminuição dos internos houve uma transferência significativa de alguns funcionários, e a aposentadoria dos que já tinham tempo de serviço proporcional a este fim. O luto coletivo foi ainda maior, após o incêndio ocorrido em 2005, que destruiu parte do prédio administrativo, levando o fechamento do mesmo, e seu estado atual: uma ruína.

A pesquisa para a dissertação de mestrado foi acontecendo e levantando várias questões de cunho urbanístico de difícil entendimento ao cidadão leigo, como por exemplo a divisão dos

espaços e a impossibilidade de acesso a outros, e algumas questões institucionais que nunca foram reveladas de modo claro ao cidadão francorochense de modo geral.

O Plano Diretor foi a ferramenta urbanística utilizada pela instituição para delimitar esses novos usos dos espaços, proporcionando a reinserção desta população novamente nas terras do Juquery, de forma controlada e a manter o bem, com ações como a cessão de uso realizada ao município, que tornou possível o restauro do prédio e implantação do Museu Osório Cesar, por exemplo.

O conhecimento desta ferramenta pela população, esclarecerá muitas questões ainda sem respostas quanto ao uso do espaço, e a delimitação das terras estaduais dentro de um município. Infelizmente, a divulgação dessas informações ainda não proliferou a todos.

Assim, a apresentação desta pesquisa relata o planejamento de uso e ocupação do solo nas terras do Juquery, cuidadosamente projetado pela instituição, levando em conta principalmente as memórias de uma população que novamente tem acesso aos recursos institucionais que este espaço proporciona.

Quanto ao futuro da instituição, a percepção de que a leitura e reconhecimento do patrimônio pode impactar o uso do território, tece uma malha urbana onde passado e futuro andam lado a lado, e que independente do fim proposto para a utilização de um determinado espaço, há o entendimento de que sempre se deve repensar o tempo, o espaço e a necessidade do usuário.

## REFERÊNCIAS:

- Alves, A.P. F. e Ribeiro, H. (2006). A percepção do Caos Urbano, as enchentes e as suas Repercussões nas Políticas Públicas da região metropolitana de São Paulo. Saúde e sociedade.
- Cândida, M.A., Costa, P e Alvarenga, S. (2015). Planejamento territorial e preservação: A articulação necessária entre tombamento e política urbana no desenvolvimento sustentável da cidade.
- Dalgalarrondo, P e Gutman, G (2007). Osório Cesar e Roger Bastide: as relações entre arte, religião e psicopatologia.
- Figueiredo, V. G. B. (2014). Patrimônio Cultural, cidade, sustentabilidade: Qual o papel da legislação urbanística na preservação e no desenvolvimento?
- Lancman, S. (1995). Loucura e espaço urbano: um estudo sobre as relações Franco da Rocha-Juqueri – USP.
- Lei Nº 618/2007 (11 de abril de 2007). Dispõe sobre: INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE FRANCO DA ROCHA. Recuperado de <http://www.francoarocha.sp.gov.br/franco/servico>.
- Mendes, N.R. (2018). Osório César: conexões entre psicologia, arte e educação (1920 - 1950).
- Nava N.Z. (1999). Carta Internacional sobre Turismo Cultural.
- Oliveira, R. C. (1999). A Problemática das enchentes e o planejamento urbano. Rio Claro: Geografia.
- Oliveira, W. V. (2011). Um Pinel à brasileira: Franco da Rocha e a reorganização da assistência a alienados na cidade de São Paulo.
- PMRR, Plano Municipal de Redução de Riscos (2021). Recuperado de <http://www.francoarocha.sp.gov.br/franco/artigo/campanha/10605>.
- Pizzolato, P. P. B. (2008) O Juquery: sua implantação, projeto arquitetônico e diretrizes para uma nova intervenção, Dissertação de defesa de Mestrado.
- Pizzolato, P. P. B. (2010, pp. 157-178). Questões sobre o plano diretor para o complexo hospitalar do Juquery. Cadernos de História da Ciência.
- Pizzolato, P. P. B. (2017, pp. 9-25). A produção arquitetônica do Engenheiro Ralph Pompêo de Camargo: de discípulo à artífice do espaço hospitalar no Hospital Psiquiátrico do Juquery. Cadernos de História da Ciência.
- Pereira, H.C. e Inácio, B. (2016). Espaço e cultura: Reabilitação de patrimônios urbanos.
- Reis, A.S. (2009). A formação dos territórios e a constituição das memórias na cidade de Franco da Rocha (SP).

Reis, A.S. (2011). Franco da Rocha-SP: memórias e histórias da cidade (1980-2010) Dissertação de mestrado. tede.pucsp.br.

Rodrigues, E.R. (2021). O Museu de Arte Osório Cesar: Interfaces entre Museologia, História da Arte e Antropologia.

Tarelow, G.Q. (2019). Antônio Carlos Pacheco e Silva: psiquiatria e política em uma trajetória singular (1898 - 1988).